

46

ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS

ANÁLISE SETORIAL DAS
SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS
EM PORTUGAL | 2019

MAR. 2021



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

46

ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS

ANÁLISE SETORIAL DAS
SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS
EM PORTUGAL | 2019

MAR. 2021



BANCO DE PORTUGAL
EUROSYSTEM

Lisboa, 2021 • www.bportugal.pt

Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem as obrigações de declaração das contas anuais perante os Ministérios das Finanças e da Justiça, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para esta análise utilizaram-se os dados da IES relativos ao período 2010-2019, sendo os dados de 2019 os mais recentes à data desta publicação. A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados. Excepcionalmente, devido à pandemia de COVID-19, o prazo para cumprimento da obrigação de entrega da IES referente a 2019 foi prorrogado até ao dia 15 de setembro de 2020.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.

Para além da informação obtida através da IES, esta publicação incorpora informação complementar relativa ao financiamento das empresas em Portugal, disponível a partir de outras bases de dados geridas pelo Banco de Portugal. A informação da Central de Responsabilidades de Crédito permite caracterizar uma parte significativa dos passivos das empresas portuguesas, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor bancário residente. Foram incorporados neste estudo dados da Central de Responsabilidades de Crédito relativos ao período 2010-2020.

Sumário

Em 2019, havia cerca de 470 mil empresas não financeiras em atividade com sede em Portugal, mais 3,5% do que em 2018 e mais 20% do que em 2010.

A estrutura das empresas não financeiras praticamente não se alterou relativamente a 2018. As microempresas representavam 89% do total das empresas e 16% do volume de negócios. As grandes empresas (0,3% das empresas) geraram 42% do volume de negócios do total das empresas, parcela similar à gerada pelas pequenas e médias empresas (11% das empresas). Em comparação com 2010, destaca-se o aumento do peso das microempresas (2 pp), em oposição à redução do peso das pequenas e médias empresas.

Mais de metade das empresas (52%) estava associada aos outros serviços e perto de um quarto estava ligada ao setor do comércio (23%). O comércio agregava a maior parcela do volume de negócios (37%), seguido pelos outros serviços e pela indústria (25%, em ambos os casos). Entre 2010 e 2019, verificou-se o aumento do peso dos outros serviços (7 pp) e a redução dos pesos do comércio (4 pp), da construção (3 pp) e da indústria (2 pp), em número de empresas. No que respeita ao volume de negócios, destaca-se a redução do peso da construção (5 pp), em contrapartida do aumento do peso dos outros serviços (3 pp) e da indústria (2 pp).

A região Norte (33%), a Área Metropolitana de Lisboa (33%) e a região Centro (19%) concentravam a maior parte das empresas nacionais. A Área Metropolitana de Lisboa era a região mais relevante em termos do volume de negócios (46%), seguida das regiões Norte (28%) e Centro (16%). A região Norte era a mais representativa no setor da indústria (51% das empresas do setor). Agregava também uma parcela significativa das empresas da construção e do comércio (36%, em ambos os casos). A Área Metropolitana de Lisboa agregava o maior número de empresas dos outros serviços (41% das empresas do setor), enquanto o Alentejo reunia o maior número de empresas da agricultura e pescas (32%).

Em 2019, 55% das empresas em atividade tinham até dez anos de atividade (59%, em 2010) enquanto 21% das empresas estavam em atividade há mais de 20 anos (18% em 2010). No entanto, 57% do volume de negócios gerado pelas empresas não financeiras teve origem em empresas em atividade há mais de 20 anos (42% em 2010) e 19% em empresas com até dez anos de atividade.

Em 2019, pertenciam ao setor exportador 5,7% das empresas em atividade (4,4%, em 2010), as quais eram responsáveis por 35% do volume de negócios total das empresas não financeiras (27%, em 2010). O setor exportador, mais relevante no setor da indústria, representava 15% das empresas e 72% do volume de negócios. Entre 2010 e 2019, o peso do setor exportador, em termos do volume de negócios, aumentou em todos os setores de atividade económica, com destaque para a subida de 20 pp no setor da eletricidade e água.

O volume de negócios das empresas aumentou 3,6% em 2019, menos 3,2 pp do que em 2018. Este crescimento foi transversal a todas as classes de dimensão e, com exceção do setor da eletricidade e água, a todos os setores de atividade. O peso das exportações no total do volume de negócios manteve-se em 22%, um valor superior ao observado em 2010 (16%).

Em 2019, o EBITDA das empresas aumentou 0,6%, menos 1,4 pp do que em 2018. O EBITDA de 42% das empresas aumentou relativamente a 2018.

A rentabilidade dos capitais próprios das empresas situou-se, em 2019, em 7,2%, valor abaixo do observado em 2018 (8,3%).

A autonomia financeira das empresas foi de 37% em 2019, mais 1 pp do que em 2018, e mais 6 pp do que em 2010. Todos os setores de atividade económica apresentaram autonomias financeiras superiores às registadas em 2010. Ainda assim, um quarto das empresas apresentou capitais próprios negativos em 2019.

A dívida remunerada constituía a principal fonte de financiamento alheio das empresas e, em 2019, representava 52% do passivo das empresas em 2019 (53% em 2018 e 55% em 2010). As dívidas a fornecedores (ou créditos comerciais) correspondiam a 17% do passivo, tal como aconteceu em 2018 e em 2010.

Os financiamentos de empresas do grupo e os empréstimos bancários representavam as maiores parcelas da dívida remunerada das empresas (43% e 41%, respetivamente). Entre 2010 e 2019, o peso dos empréstimos bancários na dívida remunerada das empresas diminuiu 16 pp, em consequência da redução do respetivo *stock* em 31%. No mesmo período, o peso dos financiamentos de empresas do grupo aumentou 14 pp, em resultado do aumento do respetivo *stock* em 42%.

Apesar do aumento da dívida remunerada (2%), os gastos de financiamento das empresas diminuíram, em média, 1,4% relativamente a 2018. O rácio de pressão financeira das empresas manteve-se nos 14% em 2019. A maior parte das empresas registou um nível de pressão financeira inferior a 50% (70%). Entre 2010 e 2019, a pressão financeira sobre as empresas diminuiu 8 pp.

De acordo com a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, no final de 2020, o montante de empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente às empresas não financeiras era 12% superior ao registado no final de 2019. Ainda assim, o *stock* de empréstimos concedidos representava, no final de 2020, 69% do valor observado no final de 2010. Por outro lado, o montante de empréstimos vencidos, que tinha crescido até 2015, continuou a diminuir. O *stock* de empréstimos vencidos era, no final de 2020, equivalente a 53% dos empréstimos vencidos registados no final de 2010. O rácio de empréstimos vencidos das empresas não financeiras era de 3,4% no final de 2020, inferior ao verificado no final de 2019 (4,7%) e de 2010 (4,4%).

Apesar de o financiamento por dívida comercial representar 17% do passivo das empresas em 2019, as empresas não obtinham financiamento líquido por esta via. O saldo entre as rubricas de fornecedores e de clientes do total das empresas, em percentagem do respetivo volume de negócios, foi negativo e equivalente a 1,6% do volume de negócios.

A análise da evolução dos principais indicadores económico-financeiros das empresas não financeiras em 2020 evidencia uma contração da atividade das sociedades não financeiras, com especial incidência nas empresas dos outros serviços e das atividades dos transportes e armazenagem, com reflexo na redução da rentabilidade das empresas. As dificuldades de liquidez associadas à queda abrupta da atividade económica das empresas provocaram ainda uma dilatação dos prazos médios de recebimentos e de pagamentos.

Índice

Nota prévia | **3**

Sumário | **5**

I Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal | 2019 | **9**

1 Introdução | **11**

2 Estrutura e demografia | **13**

3 Atividade e rendibilidade | **19**

4 Situação financeira | **26**

Caixa 1 • Análise comparativa das sociedades não financeiras em 2010
e em 2019 | **33**

Caixa 2 • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente | **38**

Caixa 3 • Evolução dos indicadores das sociedades não financeiras em 2020 | **41**

II Anexo | **44**

1 Síntese metodológica | **46**

Siglas e acrónimos | **48**

Referências | **49**

Estudos da Central de Balanços | **50**

I Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal | 2019

1 Introdução

2 Estrutura e demografia

3 Atividade e rendibilidade

4 Situação financeira

1 Introdução

O estudo *Análise Setorial das Sociedades não Financeiras em Portugal 2019* apresenta a situação económica e financeira das sociedades não financeiras (SNF¹) residentes em Portugal, tendo por base a informação da Central de Balanços do Banco de Portugal².

Esta publicação atualiza o *Estudo da Central de Balanços n.º 40 – Análise Setorial das Sociedades não Financeiras em Portugal | 2018*, de dezembro de 2019.

A análise incide, essencialmente, sobre o ano de 2019³, e tem por base os dados reportados através da Informação Empresarial Simplificada (IES).

Os resultados apresentados complementam os dados agregados sobre empresas não financeiras apurados a partir da Central de Balanços e divulgados nas publicações estatísticas do Banco de Portugal⁴.

¹ O setor das sociedades não financeiras (SNF) constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. As séries em estudo têm subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Com base no normativo das contas nacionais, os empresários em nome individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste estudo para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios). Foram ainda excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

² A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. A informação apresentada neste estudo reflete, essencialmente, dados recolhidos através da IES e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal, incorporando ainda uma parcela estimada para a não-resposta à IES. São também consideradas, em alguns casos, formas alternativas de apresentação dos indicadores económico-financeiros agregados das empresas, que podem resultar em diferenças face a elementos apresentados em outros produtos estatísticos produzidos com base em informação da Central de Balanços, tendo em vista uma leitura mais ajustada ao fenómeno em estudo. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 – Reporte simplificada: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços e 2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas* e o *Estudo da Central de Balanços 36 – Quadros do setore quadros da empresa e do setor*, de fevereiro de 2019.

³ No dia 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor a norma internacional de relato financeiro (IFRS) n.º 16 – *Locações*, que regula os tratamentos contabilísticos para os contratos de locação. O impacto mais significativo que decorre da adoção desta norma prende-se com a classificação e o reconhecimento das locações nas demonstrações financeiras dos locatários, passando a existir um único modelo de reconhecimento das locações financeiras e operacionais. A aplicação da IFRS 16 é obrigatória (para as entidades que reportem os seus dados contabilístico de acordo com as normas internacionais de contabilidade – IAS), exceto para locações com períodos até 12 meses e para locações de itens de baixo valor (por exemplo, computadores ou equipamentos de escritório). Importa ter presente que a adoção da IFRS n.º 16 tem, como tal, impacto nos valores agregados relativos a 2019: no balanço, ao nível, por exemplo, do passivo e dos financiamentos obtidos; na demonstração de resultados, ao nível, por exemplo, das fornecimentos e serviços externos, do EBITDA, das depreciações e amortizações e dos gastos de financiamento.

⁴ As estatísticas da Central de Balanços são publicadas nos Quadros do Setor, disponíveis no sítio do Banco de Portugal na internet. São igualmente disponibilizadas no *BPstat*, sob o domínio “Empresas da central de balanços”.

No Capítulo 2 são apresentados os principais destaques relativos à estrutura e à demografia das empresas não financeiras em Portugal.

No Capítulo 3 analisa-se a evolução da atividade e em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas.

No Capítulo 4 é apresentada a situação financeira das empresas não financeiras.

No mesmo capítulo, na Caixa 1 “Análise comparativa das sociedades não financeiras em 2010 e em 2019”, é comparada a situação financeira das empresas⁵ portuguesas no final de 2019 com a situação observada em 2010.

Na Caixa 2 “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente” são fornecidos detalhes sobre a dívida remunerada das empresas em Portugal, nomeadamente no que respeita aos empréstimos bancários concedidos pelos bancos residentes em Portugal.

Na Caixa 3 “Evolução dos indicadores das sociedades não financeiras em 2020” é analisada a evolução mais recente de alguns indicadores económico-financeiros das empresas não financeiras, tendo em conta a informação trimestral relativa ao terceiro trimestre de 2020, disponível na Central de Balanços do Banco de Portugal.

Em anexo apresenta-se uma síntese metodológica com a definição dos principais conceitos utilizados. No sítio do Banco de Portugal na internet estão disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas.

Na área “Empresas”, as empresas podem obter os respetivos Quadros da Empresa e do Setor. Esta informação permite à empresa comparar a sua situação económica e financeira com a das restantes empresas do mesmo setor de atividade e classe de dimensão, atendendo a um vasto conjunto de indicadores. No sítio do Banco de Portugal é ainda possível a qualquer utilizador aceder aos Quadros do Setor, os quais possibilitam a obtenção de informação agregada para o mesmo conjunto de indicadores relativamente a qualquer setor de atividade e classe de dimensão.

⁵ Por uma questão de simplificação utilizaram-se neste estudo as expressões “empresa” e “sociedade” de forma indiferenciada; ambas as expressões são referentes às empresas que integram o setor institucional das SNF como definido na Nota 1.

2 Estrutura e demografia

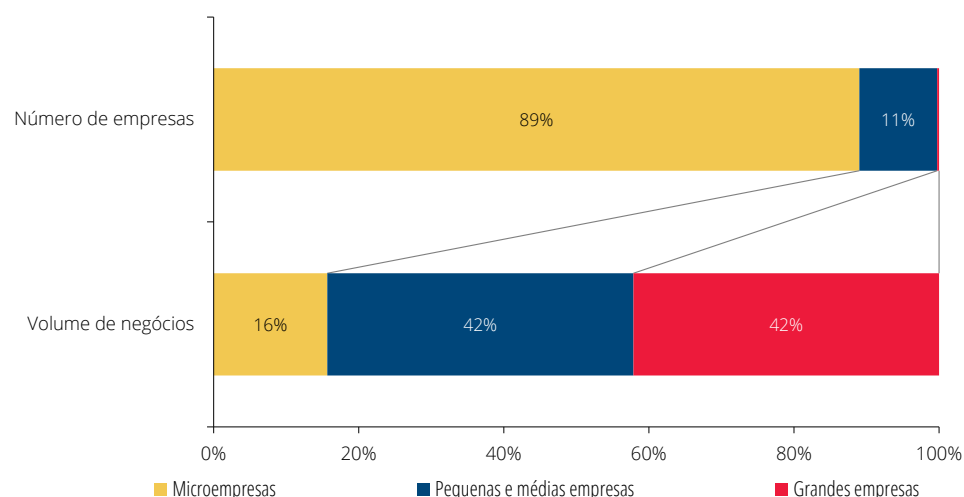
Neste capítulo são apresentados os principais destaques relativos à estrutura e à demografia das empresas não financeiras em Portugal, em 2019, e analisada a sua evolução face a 2018.

Das 470 mil empresas em atividade, 89% eram microempresas.

Em 2019, havia cerca de 470 mil empresas não financeiras em atividade com sede em Portugal.

Por classes de dimensão⁶, 89% das empresas eram microempresas, responsáveis por 16% do volume de negócios. As grandes empresas (0,3% das empresas) geraram 42% do volume de negócios, parcela similar à gerada pelas pequenas e médias empresas (11% das empresas) (Gráfico I.2.1). A estrutura por classes de dimensão praticamente não se alterou relativamente a 2018.

Gráfico I.2.1 • Estruturas | Por classes de dimensão (2019)⁷



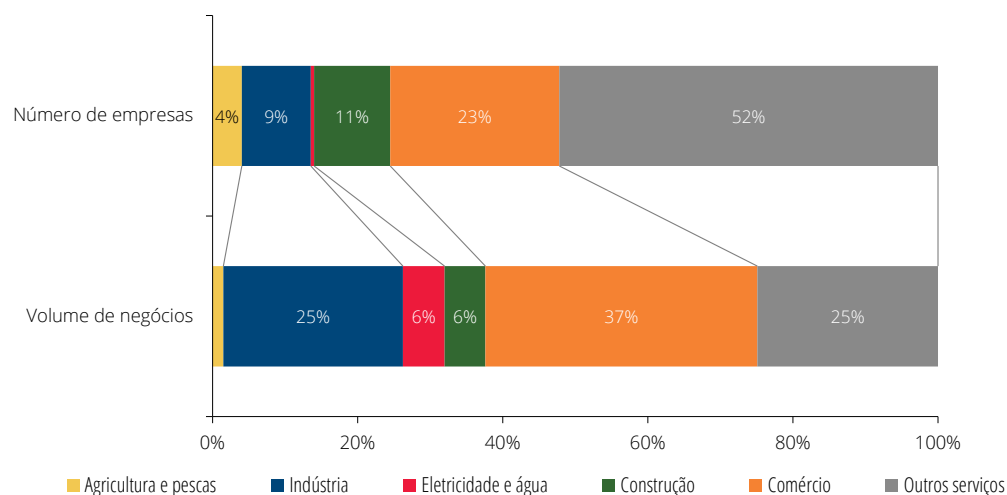
O setor dos serviços agregava 75% das empresas.

Em 2019, mais de metade das empresas (52%) estava associada aos outros serviços e perto de um quarto estava ligada ao setor do comércio (23%) (Gráfico I.2.2). Em relação ao volume de negócios, o setor do comércio representava 37% do volume de negócios total, seguido pelos outros serviços e pela indústria com 25%, em ambos os casos.

⁶ A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste estudo reflete os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas e encontra-se detalhada em anexo.

⁷ Por questões de arredondamento, os totais dos gráficos e quadros apresentados neste estudo podem não corresponder à soma das parcelas.

Gráfico I.2.2 • Estruturas | Por setores de atividade económica (2019)



Considerando o número de empresas, as microempresas eram a classe de dimensão mais relevante em todos os setores de atividade. O peso desta classe de dimensão variava entre os 71% na indústria e os 92% na agricultura e pescas e nos outros serviços (Quadro I.2.1). Atendendo ao volume de negócios, as pequenas e médias empresas assumiam a primazia na maioria dos setores. Constituíam exceções a eletricidade e água e a indústria, setores nos quais a maior parcela do volume de negócios estava associada às grandes empresas (79% e 53%, respetivamente). A estrutura por setores de atividade económica e classes de dimensão não se alterou relativamente a 2018.

Quadro I.2.1 • Estruturas | Por setores de atividade económica e classes de dimensão (2019)

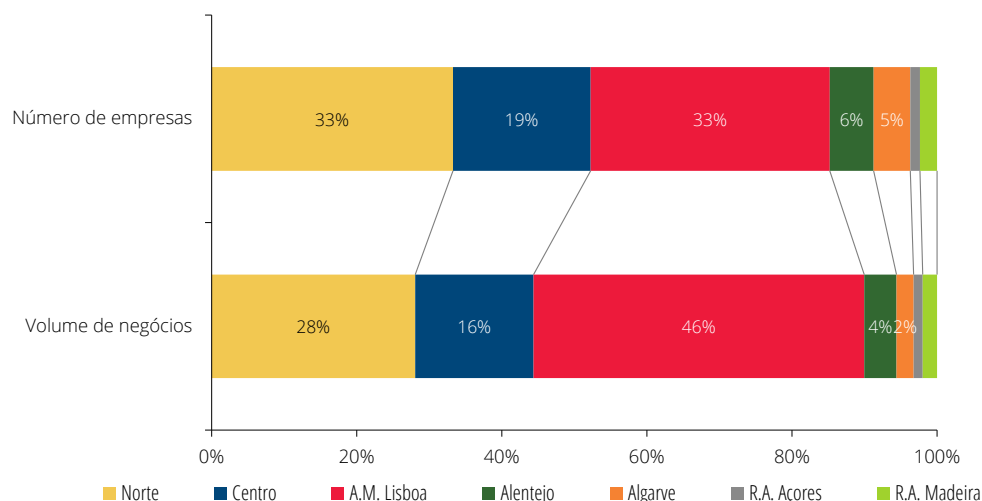
	Composição do número de empresas por dimensão			Composição do volume de negócios por dimensão		
	Microempresas	Pequenas e médias empresas	Grandes empresas	Microempresas	Pequenas e médias empresas	Grandes empresas
Total das empresas	89,0%	10,7%	0,3%	15,7%	42,2%	42,1%
Agricultura e pescas	91,8%	8,1%	0,1%	38,5%	52,3%	9,1%
Indústria	70,7%	28,5%	0,9%	5,0%	42,3%	52,8%
Eletricidade e água	72,9%	24,6%	2,5%	1,6%	19,2%	79,2%
Construção	87,2%	12,7%	0,1%	25,3%	55,0%	19,7%
Comércio	89,7%	10,1%	0,2%	17,6%	43,7%	38,8%
Outros serviços	92,3%	7,5%	0,2%	23,2%	41,8%	35,0%

Nota: A sombreado encontra-se a classe de dimensão mais relevante por setor de atividade económica para cada um dos indicadores considerados.

66% das empresas sediadas na região Norte ou na Área Metropolitana de Lisboa.

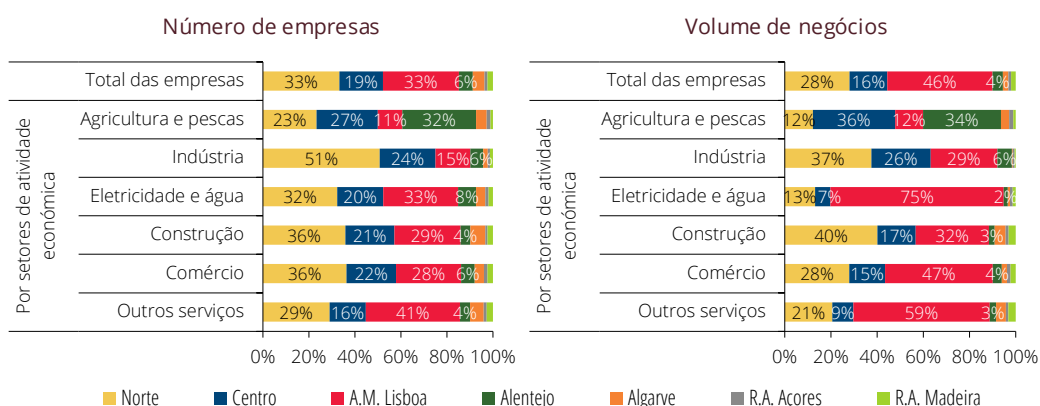
Por localização geográfica⁸ das sedes sociais das empresas, a maior parte das empresas nacionais tinha sede na região Norte (33%), na Área Metropolitana de Lisboa (33%) e na região Centro (19%) (Gráfico I.2.3). Relativamente ao volume de negócios, a Área Metropolitana de Lisboa era a região mais relevante (46%), seguida das regiões Norte (28%) e Centro (16%). A estrutura por localização geográfica praticamente não se alterou face a 2018.

Gráfico I.2.3 • Estruturas | Por localização geográfica das sedes das empresas (2019)



Em 2019 a região Norte era a mais representativa no setor da indústria (51% das empresas do setor). Esta região agregava também uma parcela significativa das empresas da construção e do comércio (36%, em ambos os casos) (Gráfico I.2.4). A Área Metropolitana de Lisboa reunia o maior número de empresas dos outros serviços (41% das empresas do setor), enquanto o Alentejo concentrava o maior número de empresas da agricultura e pescas (32%).

Gráfico I.2.4 • Estruturas | Por setores de atividade económica e localização geográfica das sedes (2019)



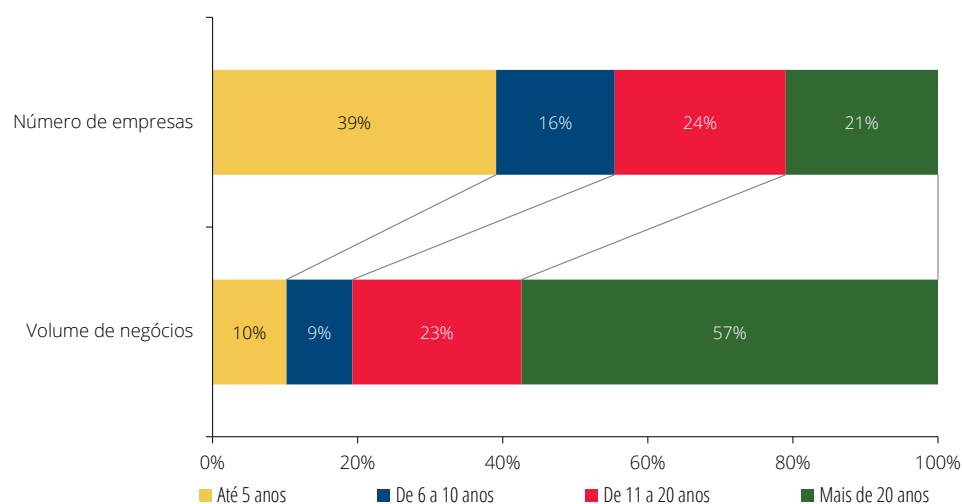
⁸ A localização geográfica refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Para tal, considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

Tendo em conta a repartição do volume de negócios, as empresas sediadas na região Norte foram responsáveis pela maior parcela do volume de negócios gerado por empresas da construção e da indústria: 40% e 37%, respetivamente. Já as empresas com sede na Área Metropolitana de Lisboa concentravam a maior parcela do volume de negócios nos setores da eletricidade e água (75%), dos outros serviços (59%) e do comércio (47%).

55% das empresas tinham até 10 anos de atividade. Empresas com mais de 20 anos representavam 57% do volume de negócios.

Considerando a maturidade das empresas⁹, 55% das empresas em atividade tinham, em 2019, até dez anos de atividade. É, no entanto, de destacar o peso das empresas mais jovens, com atividade até cinco anos: 39% (Gráfico I.2.5).

Gráfico I.2.5 • Estruturas | Por classes de maturidade das empresas (2019)

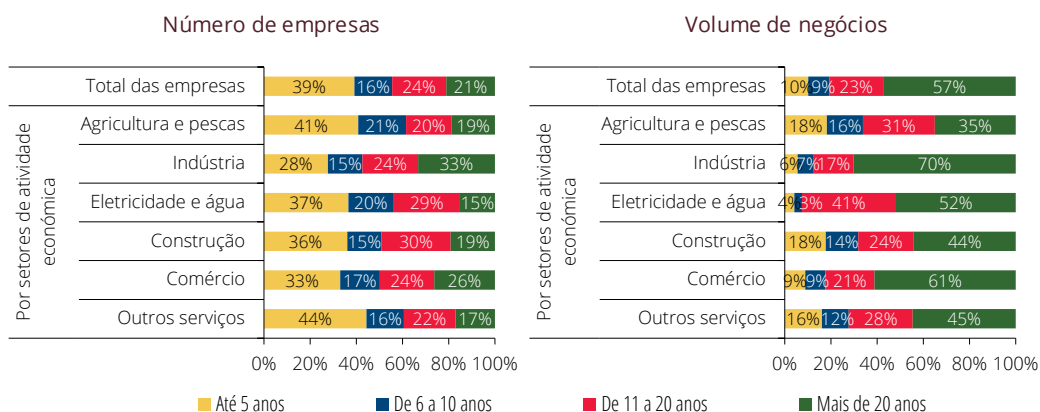


Já quanto à repartição do volume de negócios, as empresas em atividade há mais de 20 anos eram responsáveis por 57% do volume de negócios gerado pelas empresas não financeiras em 2019.

As empresas com até cinco anos de atividade assumiam maior expressão na generalidade dos setores de atividade, com destaque para os outros serviços e para a agricultura e pescas (44% e 41%, respetivamente) (Gráfico I.2.6). Esta situação apenas não se verificava na indústria, setor no qual 33% das empresas estavam em atividade há mais de 20 anos. Quanto ao volume de negócios, as empresas em atividade até 5 anos apresentavam maior relevância na agricultura e pescas e na construção, onde representavam 18% dos respetivos volumes de negócios. As empresas em atividade há mais de 20 anos eram responsáveis pelas maiores parcelas em todos os setores de atividade (assumindo pesos entre 35%, na agricultura e pescas, e 70%, na indústria). A estrutura por classes de maturidade praticamente não se alterou relativamente a 2018.

⁹A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até cinco anos, de seis a dez anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos.

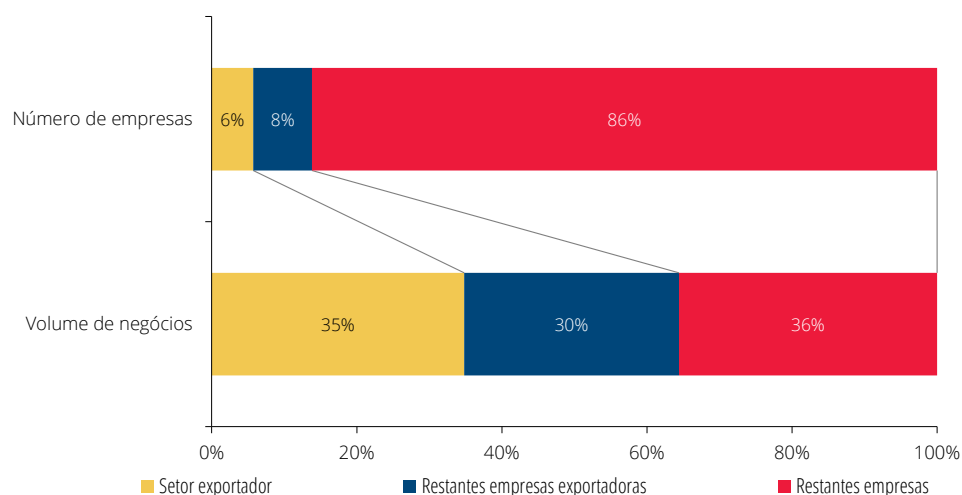
Gráfico I.2.6 • Estruturas | Por setores de atividade económica e classes de maturidade (2019)



6% das empresas pertenciam ao setor exportador. Maior expressividade na indústria.

Em 2019, o setor exportador¹⁰ era composto por 5,7% das empresas em atividade. Estas empresas eram responsáveis por 35% do volume de negócios total das empresas não financeiras (Gráfico I.2.7). Estes pesos eram semelhantes aos observados em 2018.

Gráfico I.2.7 • Estruturas | Em função da integração no setor exportador (2019)

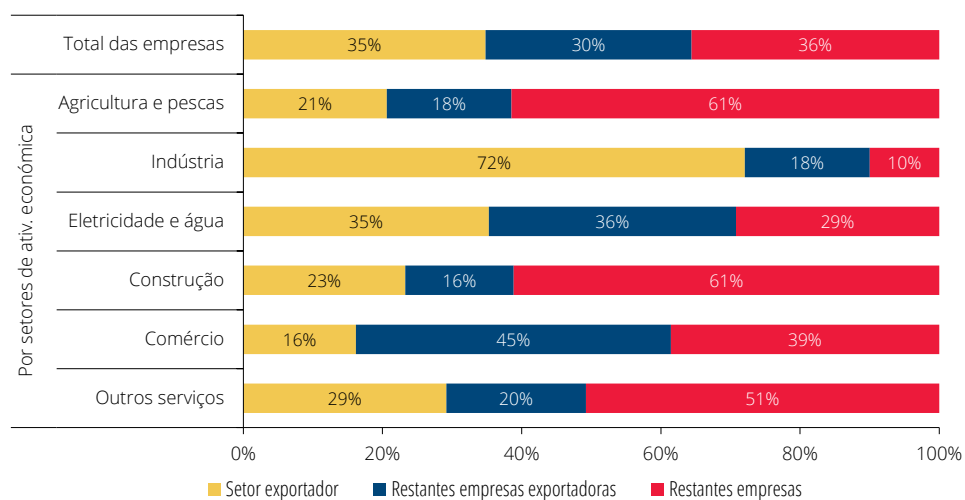


O setor exportador assumia maior expressividade na indústria: 15% das empresas do setor integravam o setor exportador; estas empresas eram responsáveis por 72% do volume de negócios gerado por empresas do setor da indústria (Gráfico I.2.8). Nos restantes setores, a parcela de empresas pertencentes ao setor exportador não ultrapassava os 6%, não obstante a

¹⁰ O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros. Uma análise detalhada do setor exportador consta da publicação *Estudo da Central de Balanços n.º 22 – Análise das empresas do setor exportador em Portugal*, de junho de 2015, atualizada em dezembro de 2017 através da *Nota de Informação Estatística n.º 122 | 2017*.

preponderância do volume de negócios gerado por estas empresas em setores como a eletricidade e água (35%) e os outros serviços (29%).

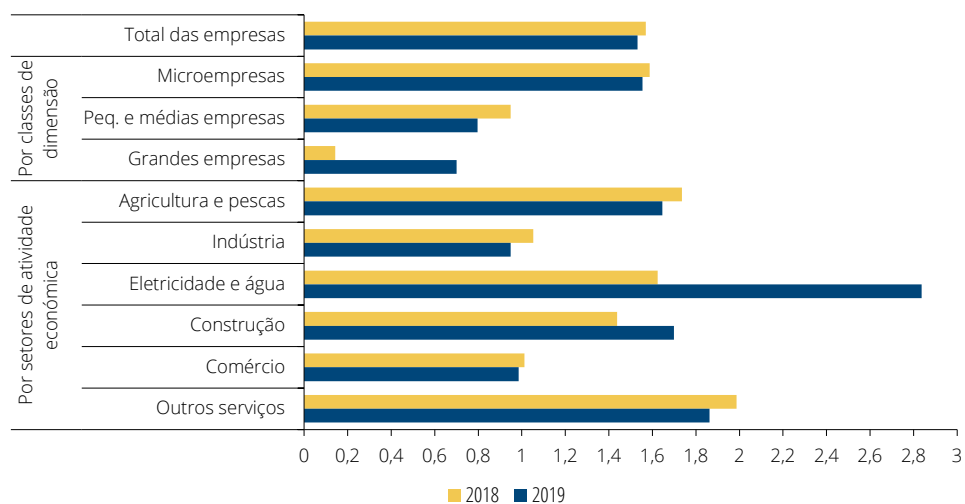
Gráfico I.2.8 • Estruturas | Por setores de atividade económica e em função da integração no setor exportador (volume de negócios, 2019)



Mais 3,5% de empresas em atividade em Portugal do que em 2018.

Em 2019, o número de empresas em atividade com sede em Portugal aumentou 3,5% face a 2018. Por cada empresa que cessou atividade foram criadas 1,5 empresas, valor que compara com 1,6 empresas em 2018 (Gráfico I.2.9).

Gráfico I.2.9 • Rácio de natalidade/mortalidade



Esta dinâmica foi determinada pelas microempresas, única classe a apresentar um rácio de natalidade/mortalidade superior a 1. Foram criadas 16 microempresas por cada 10 que cessaram atividade. Nas pequenas e médias empresas e nas grandes empresas foram criadas, respetivamente, 8 e 7 empresas por cada 10 que cessaram atividade. A nível setorial, a indústria foi o único setor a apresentar um rácio de natalidade/mortalidade inferior a 1 em 2019 (0,9). A eletricidade e água apresentou o rácio natalidade/mortalidade mais elevado (2,8).

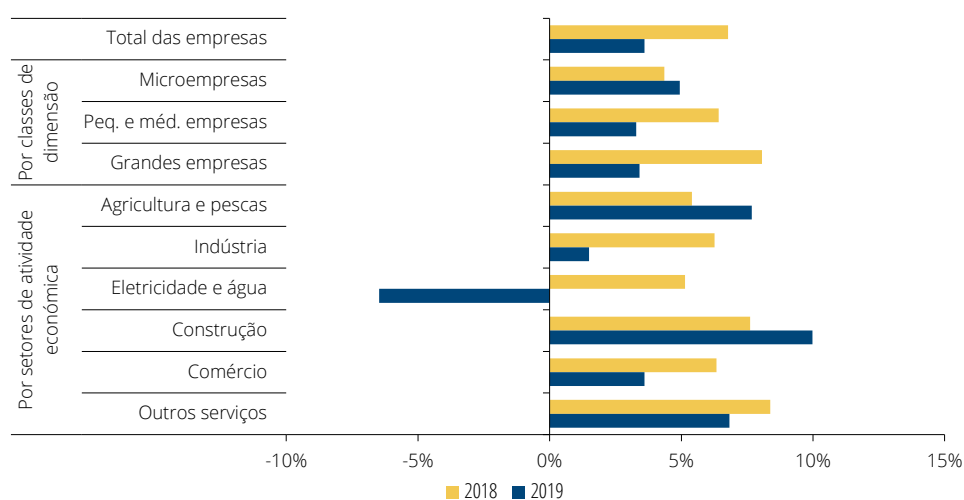
3 Atividade e rendibilidade

Neste capítulo analisa-se a evolução da atividade das empresas não financeiras e em que medida essa atividade se reflete nas rendibilidades obtidas.

Aumento do volume de negócios inferior ao observado em 2018. Microempresas, setores da construção e da agricultura e pescas com crescimentos superiores face a 2018.

O volume de negócios das empresas aumentou 3,6% em 2019, menos 3,2 pp do que em 2018 (Gráfico I.3.1).

Gráfico I.3.1 • Volume de negócios | Taxa de crescimento anual



O aumento do volume de negócios foi transversal a todas as classes de dimensão: 4,9% nas microempresas, 3,3% nas pequenas e médias empresas e 3,4% nas grandes empresas.

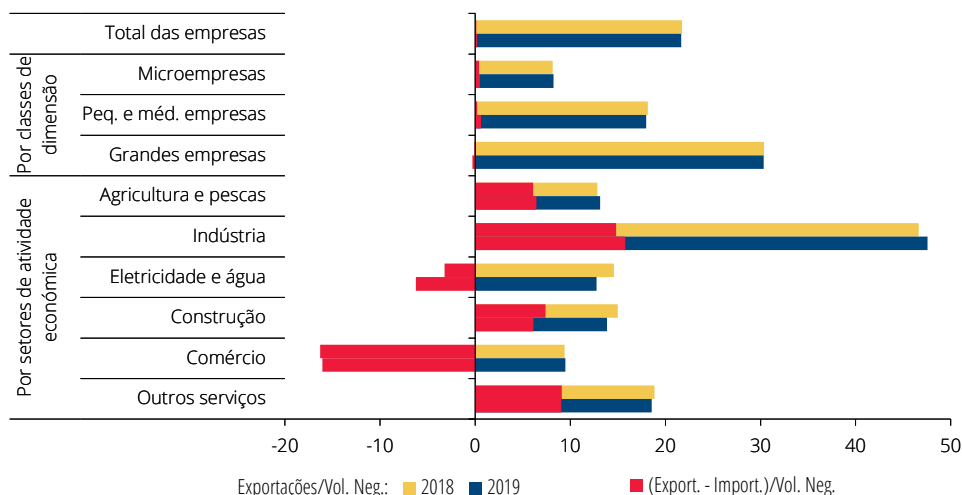
Em 2019, a generalidade dos setores de atividade económica registaram aumentos dos respetivos volumes de negócios, com exceção do setor da eletricidade e água. A construção apresentou a taxa de crescimento mais elevada (10%), seguida pela agricultura e pescas (7,7%), pelos outros serviços (6,8%), pelo comércio (3,6%) e pela indústria (1,5%). Já o volume de negócios da eletricidade e água diminuiu 6,5%. Os outros serviços e o comércio foram os setores de atividade económica que mais contribuíram para o crescimento do volume de negócios do total das empresas: 1,6 pp e 1,3 pp, respetivamente.

Exportações representavam 22% do volume de negócios. Saldo das transações de bens e serviços com o exterior marginalmente positivo.

Em 2019, o mercado interno contribuiu em 2,9 pp para o aumento do volume de negócios das empresas (3,6%), enquanto o mercado externo contribuiu em 0,7 pp.

O peso das exportações no total do volume de negócios manteve-se em 22% entre 2018 e 2019 (Gráfico I.3.2). Por classes de dimensão, as exportações representavam, em 2019, 30% do volume de negócios das grandes empresas, 18% nas pequenas e médias empresas e 8% nas microempresas. Estes pesos eram, à semelhança do verificado para o total das empresas, similares aos registados em 2018.

Gráfico I.3.2 • Mercado externo | Em percentagem do volume de negócios



Nota: O gráfico reflete a componente exportada do volume de negócios e o diferencial desta componente face à componente importada das compras e dos fornecimentos e serviços externos, expressos, em ambos os casos, em percentagem do volume de negócios agregado.

A nível setorial destacava-se a indústria, com 48% do volume de negócios associado a exportações. Nos restantes setores, o peso das exportações no volume de negócios variou entre os 9% no comércio e os 19% nos outros serviços.

O saldo das transações de bens e serviços com o exterior foi, em 2019, marginalmente positivo, representando 0,2% do volume de negócios do total das empresas, mais 0,1 pp do que em 2018.

As microempresas e as pequenas e médias empresas apresentaram saldos positivos nas transações com o exterior, equivalentes a 0,5% e 0,6% dos respetivos volumes de negócios. Já o saldo das grandes empresas foi negativo (0,3% do respetivo volume de negócios), situação registada pelo segundo ano consecutivo.

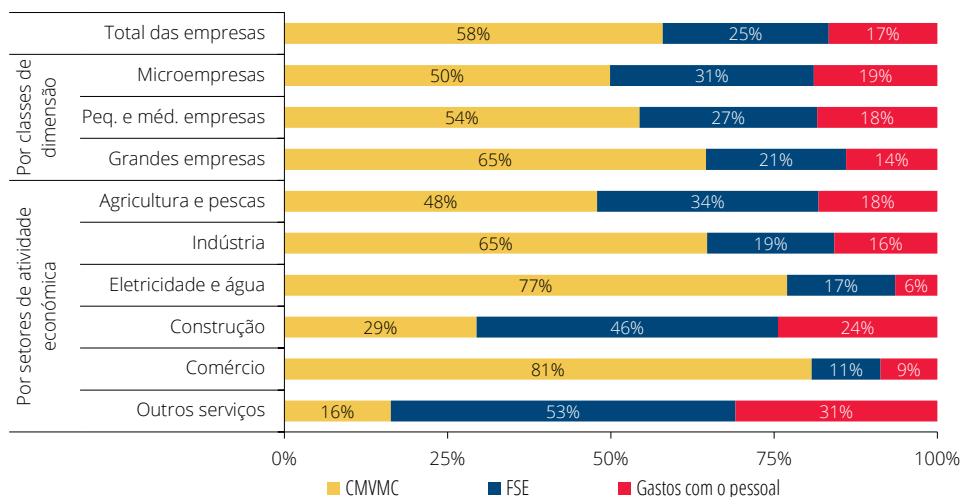
A nível setorial, o comércio e a eletricidade e água continuaram a ser os únicos setores a apresentar saldos negativos em 2019, situação observada igualmente em 2018 e em todo o período analisado, representando 16,1% e 6,2% dos respetivos volumes de negócios no último ano. A indústria registou o saldo positivo mais elevado em qualquer dos períodos analisados (15,8%), seguida pelos outros serviços (9%), pela agricultura e pescas (6,4%) e pela construção (6,1%).

Aumento dos gastos da atividade operacional inferior ao observado em 2018.

Em 2019, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) representava 58% dos gastos associados à atividade operacional¹¹ das empresas, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos (FSE) (25%) e os gastos com o pessoal (17%) (Gráfico I.3.3).

¹¹ O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

Gráfico I.3.3 • Gastos da atividade operacional | Estrutura (2019)



As estruturas dos gastos da atividade operacional das diferentes classes de dimensão eram semelhantes à estrutura observada para o total das empresas. Ainda assim, o peso do CMVMC era menor nas microempresas (50%) e mais elevado nas grandes empresas (65%). Esta diferença era compensada, em ambos os casos, pelos FSE e pelos gastos com o pessoal.

O CMVMC constituía a componente mais relevante na estrutura dos gastos da atividade operacional da maioria dos setores de atividade, com exceção da construção e dos outros serviços. O peso desta componente, em 2019, era mais elevado no comércio (81%) e na eletricidade e água (77%). Nos outros serviços e na construção, os FSE eram a componente que mais pesava nos gastos da atividade operacional (53% e 46%, respetivamente), enquanto o CMVMC representava 16% e 29% dos respetivos gastos da atividade operacional.

Os gastos da atividade operacional aumentaram 3,4% em relação a 2018, subida inferior em 0,2 pp à do volume de negócios (Quadro I.3.1). Este aumento foi inferior ao observado em 2018 (7,3%, valor superior em 0,6 pp ao aumento do volume de negócios nesse ano). Para a subida registada entre 2018 e 2019, contribuíram todas as componentes, não obstante os maiores aumentos terem ocorrido nos gastos com o pessoal (7,8%) e nos FSE (5,1%).

O aumento dos gastos da atividade operacional foi transversal às diferentes classes de dimensão: 5,3% nas microempresas, 3% nas pequenas e médias empresas e 3,2% nas grandes empresas. A nível setorial, com exceção do verificado na eletricidade e água, os gastos da atividade operacional da generalidade dos setores de atividade aumentaram. A construção apresentou o maior crescimento (10,3%), seguida pela agricultura e pescas (7,8%) e pelos outros serviços (6,9%). Na eletricidade e água, os gastos da atividade operacional diminuíram 8,8%.

Quadro I.3.1 • Gastos da atividade operacional e volume de negócios | Taxa de crescimento anual (2019)

		CMVMC	FSE	Gastos com o pessoal	Gastos da ativ. operacional	Volume de negócios
Total das empresas		1,5%	5,1%	7,8%	3,4%	3,6%
Por classes de dimensão	Microempresas	2,2%	9,0%	7,6%	5,3%	4,9%
	Peq. e méd. empresas	1,3%	3,9%	6,5%	3,0%	3,3%
	Grandes empresas	1,5%	4,4%	9,7%	3,2%	3,4%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	5,0%	10,8%	9,9%	7,8%	7,7%
	Indústria	0,7%	1,2%	4,5%	1,4%	1,5%
	Eletricidade e água	-10,9%	-1,6%	1,2%	-8,8%	-6,5%
	Construção	7,0%	12,5%	10,4%	10,3%	10,0%
	Comércio	3,2%	2,7%	6,6%	3,4%	3,6%
	Outros serviços	3,1%	6,2%	10,1%	6,9%	6,8%

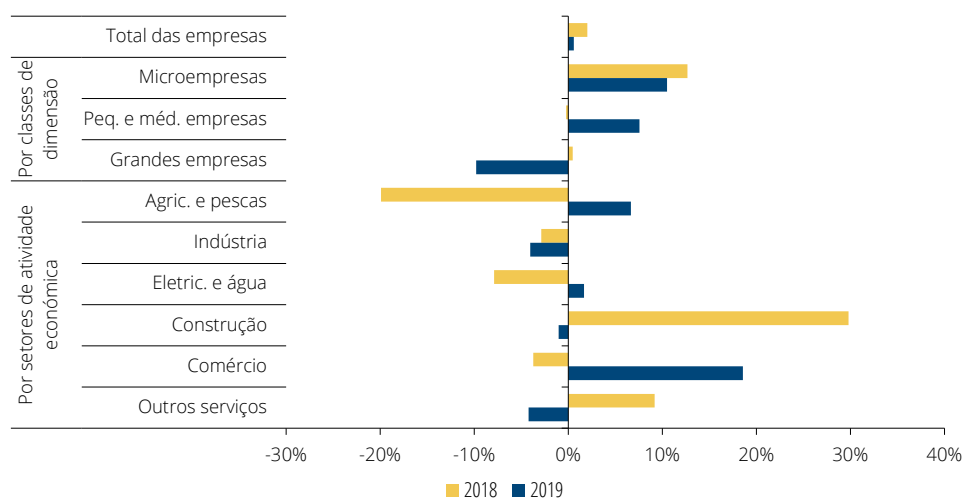
Nota: O sombreado escuro destaca as maiores variações positivas, por classe de dimensão e por setor de atividade económica. O sombreado claro identifica todas as variações positivas.

Em 2019, todas as componentes dos gastos operacionais registaram aumentos em todas as classes de dimensão e, com exceção da eletricidade e água, em todos os setores de atividade económica. Por classes de dimensão, os aumentos do CMVMC e dos FSE foram mais elevados nas microempresas (2,2% e 9%, respetivamente), ao passo que o aumento dos gastos com o pessoal foi superior nas grandes empresas (9,7%). A construção foi o setor que apresentou os maiores aumentos do CMVMC (7%), dos FSE (12,5%) e dos gastos com o pessoal (10,4%).

Aumento do EBITDA das empresas inferior ao observado em 2018.

O EBITDA¹² das empresas aumentou 0,6% em 2019 (aumento de 2% em 2018) (Gráfico I.3.4).

Gráfico I.3.4 • EBITDA | Taxa de crescimento anual



¹² EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

O aumento do EBITDA registado em 2019 teve subjacente comportamentos diferenciados das classes de dimensão e dos setores de atividade económica.

Por classes de dimensão, o EBITDA aumentou 10,5% nas microempresas e 7,6% nas pequenas e médias empresas e diminuiu 9,8% nas grandes empresas (situação verificada na sequência da evolução negativa do EBITDA de um conjunto circunscrito de grandes empresas).

A nível setorial, os outros serviços, a indústria e a construção registaram decréscimos do EBITDA de 4,2%, 4% e 1%, respetivamente. Pelo contrário, o EBITDA do setor do comércio aumentou 18,6%. O EBITDA da agricultura e pescas e da eletricidade e água também aumentou (6,7% e 1,7%, respetivamente).

Em 2019, o EBITDA de 42% das empresas registou um aumento relativamente ao ano anterior, parcela semelhante à observada em 2018 (Quadro I.3.2).

Quadro I.3.2 • Empresas com crescimento anual do EBITDA e empresas com EBITDA negativo

		Peso das empresas com crescimento anual do EBITDA		Peso das empresas com EBITDA negativo	
		2018	2019	2018	2019
Total das empresas		41,8%	41,9%	30,9%	31,1%
Por classes de dimensão	Microempresas	40,4%	40,6%	33,2%	33,4%
	Peq. e méd. empresas	52,4%	52,4%	12,4%	12,3%
	Grandes empresas	53,7%	56,2%	9,1%	8,4%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	43,2%	42,6%	28,4%	27,9%
	Indústria	43,6%	43,1%	26,2%	26,9%
	Eletricidade e água	44,6%	41,5%	27,5%	32,0%
	Construção	42,5%	42,4%	27,4%	27,5%
	Comércio	42,5%	42,0%	31,0%	30,9%
	Outros serviços	40,8%	41,4%	32,6%	32,9%

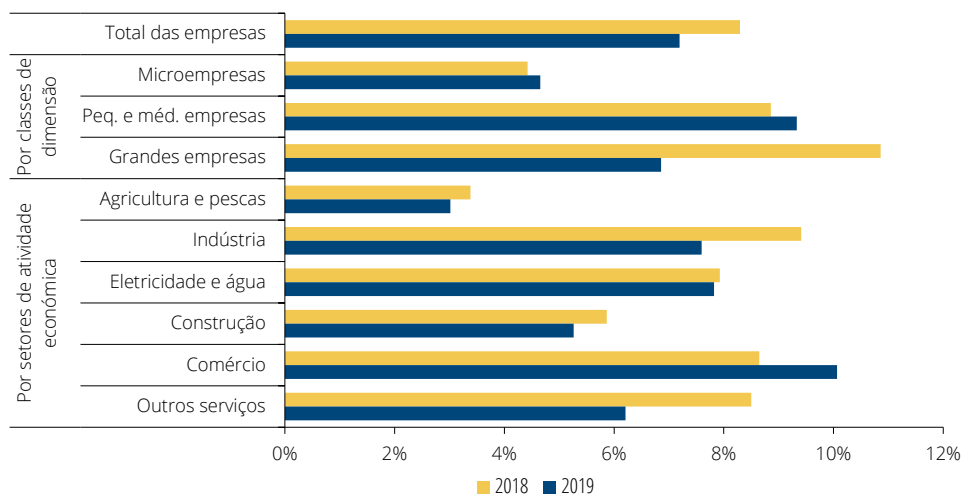
Por classes de dimensão, 41% das microempresas apresentaram uma subida do EBITDA. Esta percentagem era mais elevada nas pequenas e médias empresas (52%) e nas grandes empresas (56%). Atendendo ao setor de atividade económica, a proporção de empresas com aumento do EBITDA variou entre os 41% nos outros serviços e os 43% na agricultura e pescas e na indústria.

Em 2019, 31% das empresas apresentaram EBITDA negativo, percentagem similar à registada em 2018. O EBITDA foi negativo em 33% das microempresas, 12% das pequenas e médias empresas e 8% das grandes empresas. Em termos setoriais, o peso das empresas com EBITDA negativo situou-se entre os 27% na indústria e os 33% nos outros serviços.

Rendibilidade dos capitais próprios inferior à registada em 2018.

A rendibilidade dos capitais próprios¹³ das empresas foi de 7,2% em 2019, valor abaixo dos 8,3% registados em 2018 (Gráfico I.3.5).

Gráfico I.3.5 • Rendibilidade dos capitais próprios



A rendibilidade foi positiva para todas as classes de dimensão e setores de atividade económica. Por classes de dimensão, a rendibilidade das grandes empresas situou-se em 6,9%, 4 pp abaixo do observado em 2018. Em consequência, as pequenas e médias empresas passaram a apresentar a rendibilidade mais elevada por classes de dimensão: 9,3%, mais 0,5 pp do que em 2018. A rendibilidade das microempresas foi de 4,7%, percentagem acima dos 4,4% registados em 2018.

A nível setorial, a rendibilidade dos capitais próprios foi inferior à observada em 2018 na generalidade dos setores de atividade, com exceção do comércio. Os outros serviços e a indústria registaram as maiores reduções: 2,3 pp e 1,8 pp, respetivamente. O comércio foi o setor que apresentou a maior rendibilidade dos capitais próprios (10,1%), seguido pela indústria (7,6%). A agricultura e pescas foi o setor que apresentou a menor rendibilidade dos capitais próprios (3%).

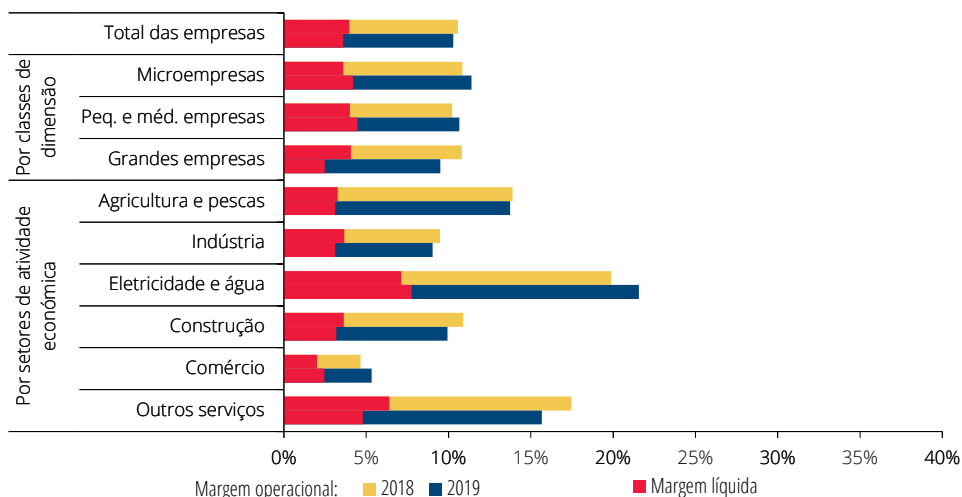
37% das empresas com resultado líquido negativo em 2019.

Em 2019, a margem operacional do total das empresas (indicador que relaciona o EBITDA com o total de rendimentos¹⁴) foi de 10,3% (Gráfico I.3.6), valor inferior em 0,3 pp ao observado em 2018. A margem operacional foi de 11,4% nas microempresas, 10,7% nas pequenas e médias empresas e de 9,5% nas grandes empresas.

¹³ A rendibilidade dos capitais próprios é calculada através do rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios e mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios.

¹⁴ Por uma questão de simplificação, utiliza-se neste estudo a expressão “rendimentos” que corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

Gráfico I.3.6 • Margem operacional e margem líquida



Por setores de atividade económica, o setor da eletricidade e água continuou a registar a margem operacional mais elevada (21,6%), seguido pelos outros serviços (15,7%), pela agricultura e pescas (13,7%) e pela construção (9,9%). O comércio apresentava a margem operacional mais reduzida (5,3%).

A margem líquida das empresas (indicador que relaciona o resultado líquido com os rendimentos do período) foi de 3,6%, valor inferior em 0,4 pp ao observado em 2018. As microempresas e as pequenas empresas apresentavam margens líquidas superiores (4,2% e 4,5%, respetivamente), enquanto as grandes empresas apresentavam uma margem líquida inferior: 2,5%, valor 1,6 pp abaixo do registado em 2018.

A nível setorial, a eletricidade e água era o setor que apresentava a margem líquida mais elevada (7,8%), seguido pelos outros serviços (4,8%). O comércio apresentava a margem líquida mais reduzida: 2,5%.

Em 2019, 37% das empresas apresentaram resultado líquido negativo, percentagem similar à observada em 2018. Esta situação foi registada por 39% das microempresas, 19% das pequenas e médias empresas e 17% das grandes empresas.

Em termos setoriais, o peso das empresas com resultado líquido negativo variou entre os 32%, na construção, e os 39%, nos outros serviços.

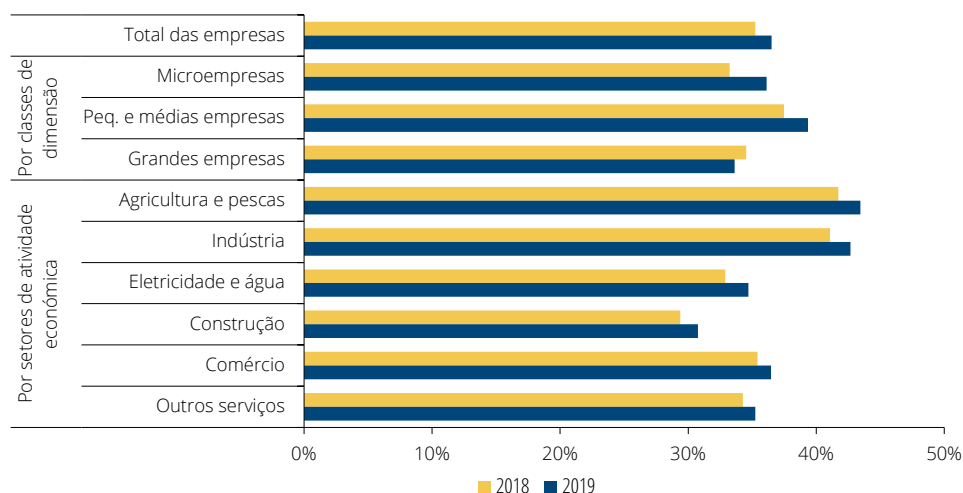
4 Situação financeira

Neste capítulo analisa-se a situação financeira das empresas não financeiras em 2019 e a sua evolução relativamente a 2018.

Maior autonomia financeira das empresas em 2019.

A autonomia financeira das empresas foi de 37% em 2019, 1 pp acima do valor registado em 2018 (Gráfico I.4.1).

Gráfico I.4.1 • Autonomia financeira

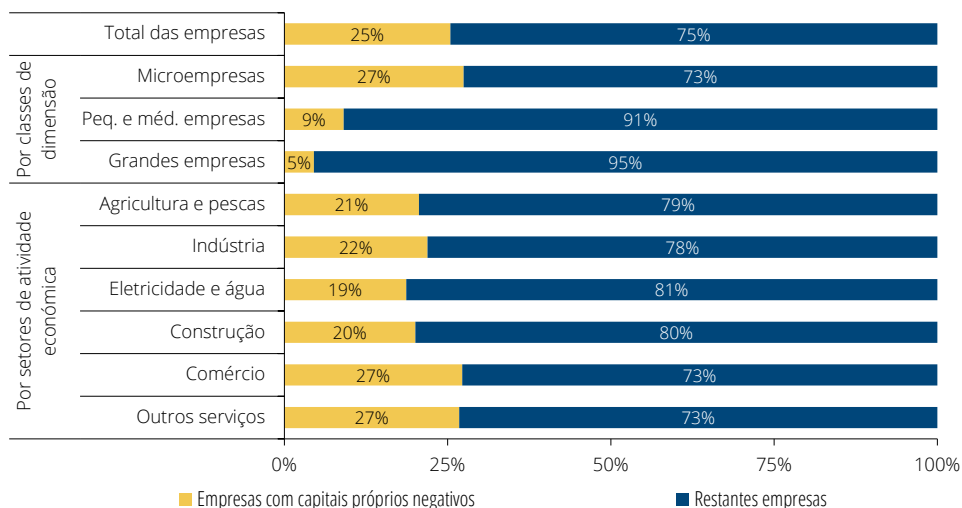


Por classes de dimensão, as pequenas e médias empresas apresentavam a autonomia financeira mais elevada (39%), seguidas pelas microempresas (36%) e pelas grandes empresas (34%). A autonomia financeira das microempresas e das pequenas e médias empresas aumentou relativamente a 2018 (3 pp e 2 pp, respetivamente), enquanto a das grandes empresas diminuiu (1 pp).

Por setores de atividade económica, a autonomia financeira era mais elevada na agricultura e pescas e na indústria (43%, em ambos os casos), seguidas pelo comércio (36%). A construção apresentava a autonomia financeira mais baixa (31%). Todos os setores de atividade económica apresentaram autonomias financeiras superiores às registadas em 2018 (subidas entre 1 pp e 2 pp).

Em 2019, um quarto das empresas apresentavam capitais próprios negativos (26%, em 2018) (Gráfico I.4.2). Por classes de dimensão, 27% das microempresas, 9% das pequenas e médias empresas e 5% das grandes empresas apresentavam capitais próprios negativos, valores inferiores em 1 pp, nos dois primeiros casos, aos registados em 2018 (redução de 0,1 pp no caso das grandes empresas).

Gráfico I.4.2 • Percentagem de empresas com capitais próprios negativos (2019)



O comércio e os outros serviços foram os setores com maior percentagem de empresas com capitais próprios negativos: 27%, em ambos os casos. Em oposição, o setor da eletricidade e água era aquele que registava a percentagem mais reduzida de empresas nesta situação (19%), ainda que tenha sido o único setor em que esta parcela aumentou face a 2018 (2 pp).

Os financiamentos de empresas do grupo e os empréstimos bancários representavam as maiores parcelas da dívida remunerada das empresas.

O financiamento com recurso a capitais alheios constituía uma forma relevante de financiar a atividade das empresas. A dívida remunerada¹⁵ era a principal fonte de financiamento alheio das empresas, representando, em 2019, 52% do respetivo passivo (53%, em 2018) (Gráfico I.4.3). As dívidas a fornecedores (ou créditos comerciais) correspondiam a 17% do passivo (percentagem similar à observada em 2018). A restante parcela correspondia a outros passivos¹⁶ (31% do passivo das empresas em 2019 e em 2018).

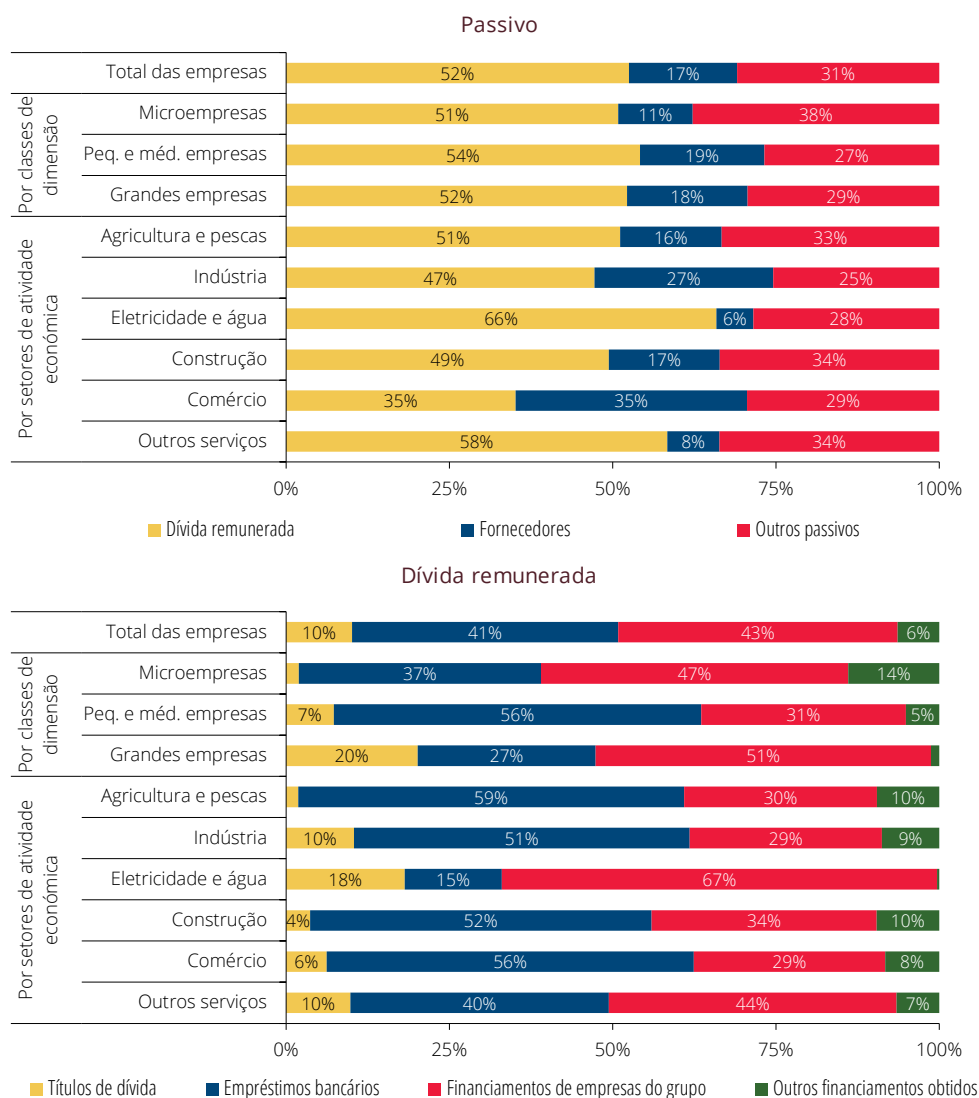
Por classes de dimensão, a dívida remunerada representava 51% do passivo das microempresas, 54% nas pequenas e médias empresas e 52% nas grandes empresas, valores semelhantes, em qualquer dos casos, aos observados em 2018.

Por setores de atividade, a dívida remunerada era mais significativa na eletricidade e água e nos outros serviços (66% e 58% do passivo, respetivamente), em oposição com o observado no comércio (35%). O peso da dívida remunerada no passivo dos setores de atividade praticamente não se alterou relativamente a 2018.

¹⁵ A dívida remunerada corresponde ao conjunto dos financiamentos remunerados obtidos, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

¹⁶ A classe “Outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

Gráfico I.4.3 • Passivo | Estrutura (2019)



Os financiamentos de empresas do grupo e os empréstimos bancários¹⁷ representavam as maiores parcelas da dívida remunerada das empresas em 2019 (43% e 41%, respetivamente), seguindo-se os títulos de dívida (10%).

Por classes de dimensão, os empréstimos bancários correspondiam a mais de metade da dívida remunerada das pequenas e médias empresas (56%). Os financiamentos de empresas do grupo eram a principal fonte de financiamento remunerado das grandes empresas (51% da dívida remunerada) e das microempresas¹⁸ (47% da dívida remunerada).

A nível setorial, os empréstimos bancários representavam a maior parcela da dívida remunerada das empresas da generalidade dos setores de atividade. Constituía exceções a eletricidade e

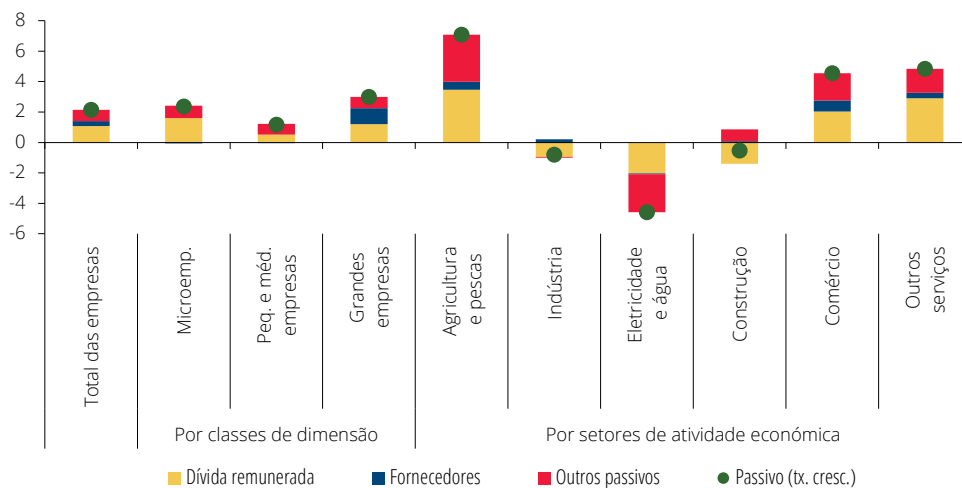
¹⁷ A Caixa 2 “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente” disponibiliza informação complementar sobre esta fonte de financiamento.

¹⁸ A relevância dos financiamentos de empresas do grupo nas microempresas resulta do impacto de um grupo limitado de empresas com reduzida atividade integradas em grupos económicos.

água e os outros serviços, setores nos quais os financiamentos de empresas do grupo assumiam maior expressividade (67% e 44% das respetivas dívidas remuneradas). Nos demais setores, o peso dos empréstimos bancários na respetiva dívida remunerada oscilava entre os 51% na indústria e os 59% na agricultura e pescas.

O passivo das empresas não financeiras aumentou 2,1% relativamente a 2018 (1,8%, em 2018) (Gráfico I.4.4). Este aumento foi transversal a todas as componentes do passivo: 2% na dívida remunerada e nos fornecedores e 2,4% nos outros passivos.

Gráfico I.4.4 • Passivo | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem) por classes de dimensão e setores de atividade (2019)



O aumento do passivo entre 2018 e 2019 foi transversal às várias classes de dimensão: 3% nas grandes empresas, 2,4% nas microempresas e 1,2% nas pequenas e médias empresas.

Em termos setoriais, o passivo aumentou 7,1% na agricultura e pescas, 4,8% nos outros serviços e 4,6% no comércio. Os restantes setores registaram reduções dos respetivos passivos, com destaque para a eletricidade e água, setor que registou a maior redução: 4,6%.

Redução dos gastos de financiamento inferior ao observado em 2018.

Os gastos de financiamento¹⁹ das empresas diminuíram, em média, 1,4% em 2019, apesar de a dívida remunerada ter aumentado 2% (Quadro I.4.1).

Em termos setoriais, os gastos de financiamento aumentaram no comércio (13%), na agricultura e pescas (4,9%) e nos outros serviços (3,4%). Em oposição, na eletricidade e água, na construção e na indústria os gastos de financiamento diminuíram (13,8%, 10,8% e 4,8%, respetivamente).

O rácio de pressão financeira das empresas, avaliado pelo peso dos gastos de financiamento no EBITDA, manteve-se nos 14% (valor mínimo da série de dados disponível, desde 2006).

Por classes de dimensão, a pressão financeira foi de 15% nas microempresas, 14% nas grandes empresas e 13% nas pequenas e médias empresas. Em relação a 2018, a pressão financeira aumentou nas grandes empresas (2 pp) e diminuiu nas pequenas e médias empresas e nas microempresas (2 pp e 1 pp, respetivamente).

¹⁹ O agregado "gastos de financiamento" compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

Quadro I.4.1 • Taxa de crescimento anual dos gastos de financiamento e pressão financeira

		Taxa de crescimento anual dos gastos de financiamento		Pressão financeira (Gastos de financiamento/EBITDA)	
		2018	2019	2018	2019
Total das empresas		-10,8%	-1,4%	14,1%	13,8%
Por classes de dimensão	Microempresas	0,5%	2,0%	16,7%	15,4%
	Peq. e méd. empresas	-6,2%	-6,0%	14,4%	12,6%
	Grandes empresas	-19,5%	1,7%	12,8%	14,4%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	-9,4%	4,9%	11,4%	11,2%
	Indústria	-4,4%	-4,8%	8,6%	8,5%
	Eletricidade e água	-30,7%	-13,8%	21,4%	18,2%
	Construção	-10,5%	-10,8%	26,4%	23,8%
	Comércio	-11,5%	13,0%	9,5%	9,1%
	Outros serviços	-0,6%	3,4%	15,0%	16,2%

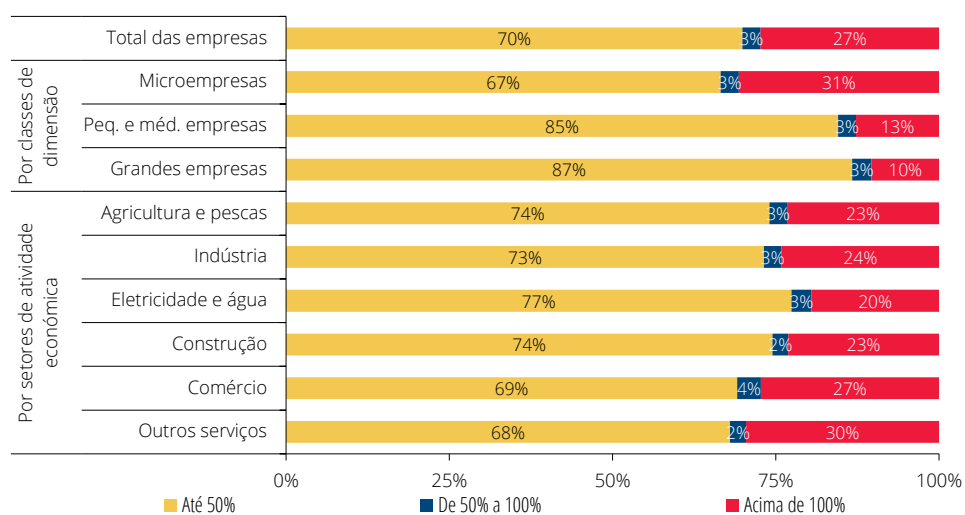
Nota: O sombreado identifica os valores mais elevados (em termos absolutos), por classes de dimensão e por setores de atividade económica.

A nível setorial, a construção continuava a ser o setor com o nível mais elevado de pressão financeira (24%), seguindo-se a eletricidade e água (18%) e os outros serviços (16%). A pressão financeira praticamente não se alterou na maioria dos setores de atividade comparativamente com o observado em 2018, não obstante a redução de 3 pp no nível de pressão financeira associada ao setor da eletricidade e água e o aumento de 1 pp registado nos outros serviços.

27% das empresas com EBITDA insuficiente para cobrir os gastos de financiamento.

Em 2019, 27% das empresas não geraram EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento, menos 1 pp do que em 2018 (Gráfico I.4.5). Estavam nesta situação 31% das microempresas, 13% das pequenas e médias empresas e 10% das grandes empresas. A nível setorial, o peso destas empresas era mais elevado nos outros serviços (30%). Nos restantes setores, esta percentagem variou entre os 20% na eletricidade e água e os 27% no comércio.

Gráfico I.4.5 • Pressão financeira | Distribuição das empresas por classes (2019)

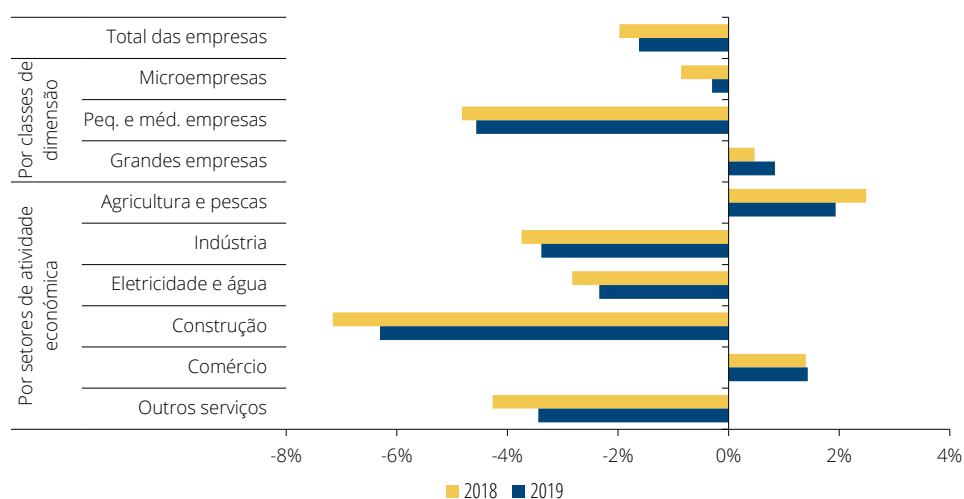


A maior parte das empresas (70%) registou um nível de pressão financeira inferior a 50%. A parcela de empresas com um nível de pressão financeira inferior a 50% crescia com a classe de dimensão das empresas: 67% nas microempresas, 85% nas pequenas e médias empresas e 87% nas grandes empresas. Em termos setoriais, este indicador situou-se entre os 68% nos outros serviços e os 77% na eletricidade e água.

Recuperação genérica do indicador de financiamento líquido por dívida comercial das empresas. Grandes empresas com financiamento por dívida comercial positivo.

Em 2019, o financiamento por dívida comercial representava 17% do passivo das empresas. O saldo entre as rubricas de fornecedores e de clientes do total das empresas, avaliado em termos líquidos, foi negativo e equivalente a 1,6% do volume de negócios (Gráfico I.4.6). Esta situação indica que, em termos líquidos, os créditos comerciais não constituíam uma fonte de financiamento, mas antes uma aplicação das empresas no financiamento dos seus clientes.

Gráfico I.4.6 • Financiamento líquido por dívida comercial | Em percentagem do volume de negócios



Nota: O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores (líquido de adiantamentos) e o saldo de clientes (líquido de adiantamentos e ajustamentos).

Por classes de dimensão, o financiamento líquido por dívida comercial foi negativo nas pequenas e médias empresas, num montante correspondente a 4,6% do respetivo volume de negócios, e nas microempresas, em 0,3% do respetivo volume de negócios. Já nas grandes empresas este indicador foi positivo, pela segunda vez em toda a série de dados disponível, num montante equivalente a 0,8% do volume de negócios desta classe de dimensão.

Em termos setoriais, apenas a agricultura e pescas e o comércio registaram valores positivos para o indicador de financiamento líquido por dívida comercial (equivalentes a 1,9% e 1,4% dos respetivos volume de negócios). Em oposição, a construção registava o saldo mais negativo, correspondente a 6,3% do respetivo volume de negócios. Com exceção da agricultura e pescas, setor que registou uma descida de 0,6 pp, todos os setores de atividade económica observaram aumentos deste indicador face a 2018, subidas, ainda assim, inferiores a 1 pp, em qualquer dos casos.

É apresentada na Caixa 1 “Análise comparativa das sociedades não financeiras em 2010 e em 2019” uma comparação com a situação observada em 2010. É de destacar que, em 2019, existiam mais 20% de empresas em atividade em Portugal do que em 2010, o que determinou algumas alterações ao nível da estrutura empresarial: aumento do peso dos outros serviços e redução do peso da construção; aumento do peso das empresas em atividade há mais de 20 anos no volume de negócios agregado; e aumento do peso do setor exportador. O peso das exportações no volume de negócios aumentou relativamente a 2010. O saldo das transações de bens e serviços com o exterior, que era negativo em 2010, foi marginalmente positivo em 2019. Entre 2010 e 2019, a autonomia financeira das empresas aumentou e o peso dos empréstimos bancários na dívida remunerada das empresas diminuiu.

A Caixa 2 “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente” apresenta informação adicional sobre os empréstimos concedidos pelos bancos residentes às empresas portuguesas e as respetivas situações de incumprimento. Os dados revelam, nos últimos anos, evoluções menos expressivas do financiamento obtido junto do setor bancário residente e dos níveis de incumprimento face ao observado em anos anteriores.

Apresenta-se na Caixa 3 “Evolução dos indicadores das sociedades não financeiras em 2020” uma análise da evolução dos principais indicadores económico-financeiros das empresas não financeiras em 2020 com base na informação trimestral disponível (até ao terceiro trimestre de 2020). Estes dados mostram uma contração da atividade das sociedades não financeiras, com especial incidência nas empresas dos outros serviços e das atividades dos transportes e armazenagem. Esta contração da atividade refletiu-se na redução da rentabilidade das empresas e na dilatação dos prazos médios de recebimentos e de pagamentos.

Caixa 1 • Análise comparativa das sociedades não financeiras em 2010 e em 2019

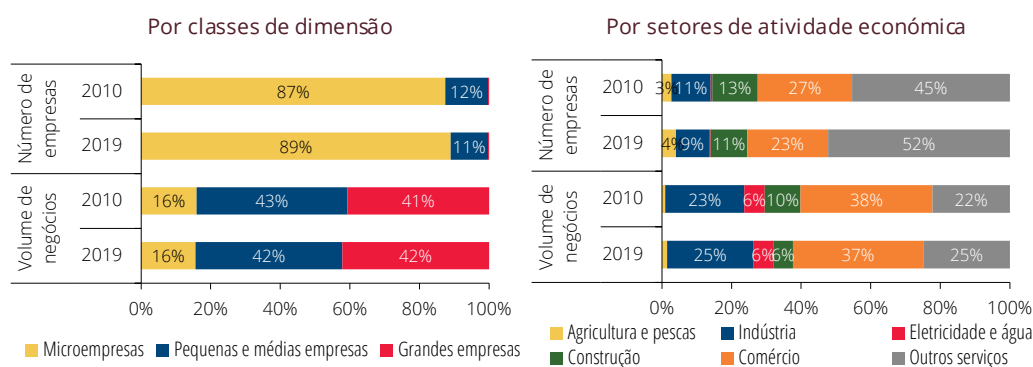
Tendo em conta que a crise económica originada pela pandemia de COVID-19 em 2020 determinou uma alteração significativa da situação económica e financeira das sociedades não financeiras face ao registado nos anos anteriores, apresentam-se nesta Caixa as principais diferenças observadas entre a situação financeira das empresas em 2019, antes do início da pandemia de COVID-19, e a situação registada em 2010, antes da crise da dívida soberana, uma vez que ambos os anos dizem respeito a períodos pré-recessão.

Mais 20% de empresas em atividade em Portugal do que em 2010. Maior peso dos outros serviços e menor peso da construção.

Em comparação com 2010, havia, em 2019, mais 20% de empresas em atividade em Portugal. Entre 2010 e 2019, o número de empresas em atividade aumentou na generalidade dos setores de atividade económica. Apenas o setor da construção registou uma diminuição do respetivo número de empresas em atividade (3%). O setor da agricultura e pescas apresentou o maior crescimento (78%), seguido pelos outros serviços (39%) e pela eletricidade e água (24%).

Não obstante estas evoluções, as estruturas por **classes de dimensão** e por **setores de atividade económica** não registaram alterações significativas entre 2010 e 2019 quando considerados os posicionamentos relativos de cada agregado (Gráfico C1.1).

Gráfico C1.1 • Estruturas | Por classes de dimensão e por setores de atividade económica

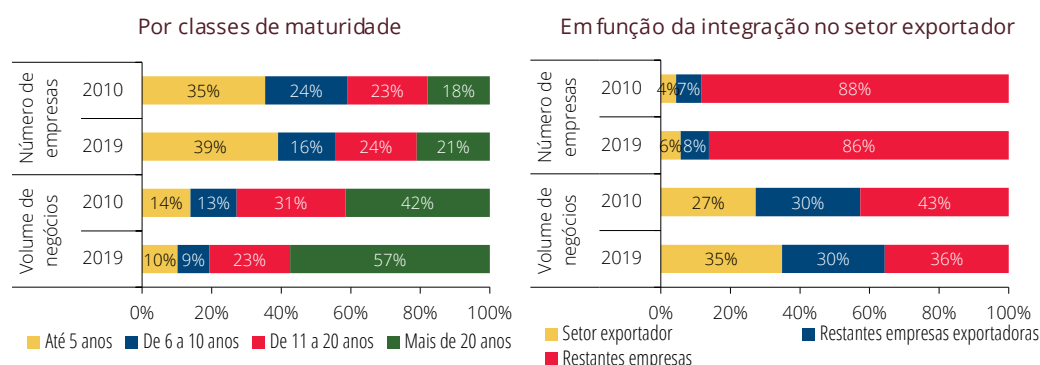


Ao nível dos **setores de atividade económica**, face a 2010, destaca-se o aumento do peso dos outros serviços (7 pp) e a redução dos pesos dos setores do comércio (4 pp), da construção (3 pp) e da indústria (2 pp), em número de empresas. Considerando a repartição setorial do volume de negócios, destaca-se o menor peso da construção (5 pp), em oposição ao aumento do peso dos outros serviços (3 pp) e da indústria (2 pp).

A estrutura por **classes de dimensão** dos diferentes **setores de atividade**, tendo em conta o número de empresas, praticamente não se alterou relativamente a 2010. Quando considerada a repartição do volume de negócios, destaca-se a redução do peso das grandes empresas na construção (15 pp, em contraposição com o aumento do peso das restantes classes de dimensão) e o aumento do peso das grandes empresas na indústria (5 pp) e no comércio (4 pp).

Por **classes de maturidade**, o peso das empresas com até dez anos de atividade diminuiu 4 pp entre 2010 e 2019 (em contrapartida, essencialmente, do aumento do peso assumido pelas empresas em atividade há mais de 20 anos) (Gráfico C1.2). No entanto, a expressão das empresas com até cinco anos de atividade aumentou igualmente 4 pp, no mesmo período. Relativamente à repartição do volume de negócios, destaca-se o aumento, em 16 pp, da parcela associada às empresas em atividade há mais de 20 anos.

Gráfico C1.2 • Estruturas | Por classes de maturidade e em função da integração no setor exportador

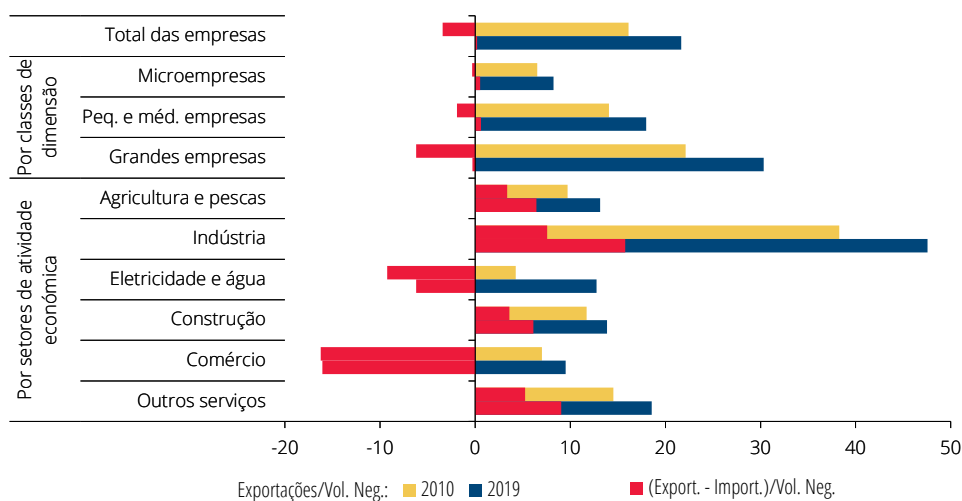


O peso do **setor exportador** no total das empresas aumentou 1,3 pp, em comparação com o observado em 2010. A relevância do setor exportador no volume de negócios total gerado pelas empresas também subiu, em 2019, 8 pp (Gráfico C1.2). A nível setorial, entre 2010 e 2019, destaca-se o aumento do peso do setor exportador na indústria (3 pp, tendo em conta o número de empresas). Em termos do volume de negócios, o peso do setor exportador aumentou em todos os setores de atividade. Este aumento foi mais expressivo no setor da eletricidade e água (20 pp).

Aumento do peso das exportações no volume de negócios.

Em 2019, o **peso das exportações no volume de negócios** das empresas foi superior em 6 pp ao observado em 2010 (Gráfico C1.3). O aumento foi transversal a todas as classes de dimensão e setores de atividade económica. Este acréscimo foi mais expressivo, por classes de dimensão, nas grandes empresas (8 pp) e, ao nível setorial, na indústria e na eletricidade e água (9 pp e 8 pp, respetivamente).

Gráfico C1.3 • Mercado externo | Em percentagem do volume de negócios

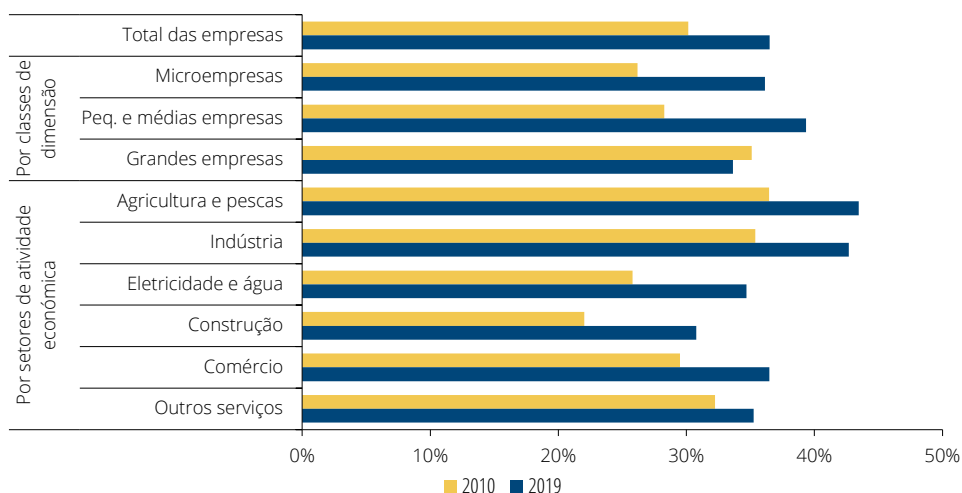


O **saldo das transações de bens e serviços com o exterior**, marginalmente positivo em 2019, apresentava um valor negativo, em 2010, equivalente a 3,4% do volume de negócios das empresas. Entre 2010 e 2019, todos os setores de atividade económica registaram subidas dos respetivos saldos, com destaque para o aumento de 8,2 pp observado na indústria.

Menor dependência de capitais alheios.

A **autonomia financeira** das empresas situou-se, em 2019, 6 pp acima do nível observado em 2010 (Gráfico C1.4). Entre 2010 e 2019, as autonomias financeiras das pequenas e médias empresas e das microempresas aumentaram 11 pp e 10 pp, respetivamente, enquanto a autonomia financeira das grandes empresas diminuiu 1 pp. Todos os setores de atividade económica apresentaram, em 2019, autonomias financeiras superiores às registadas em 2010: a autonomia financeira aumentou 9 pp na construção e na eletricidade e água, 7 pp na indústria, no comércio e na agricultura e pescas, e 3 pp nos outros serviços.

Gráfico C1.4 • Autonomia financeira



Menor peso da dívida remunerada e dos empréstimos bancários.

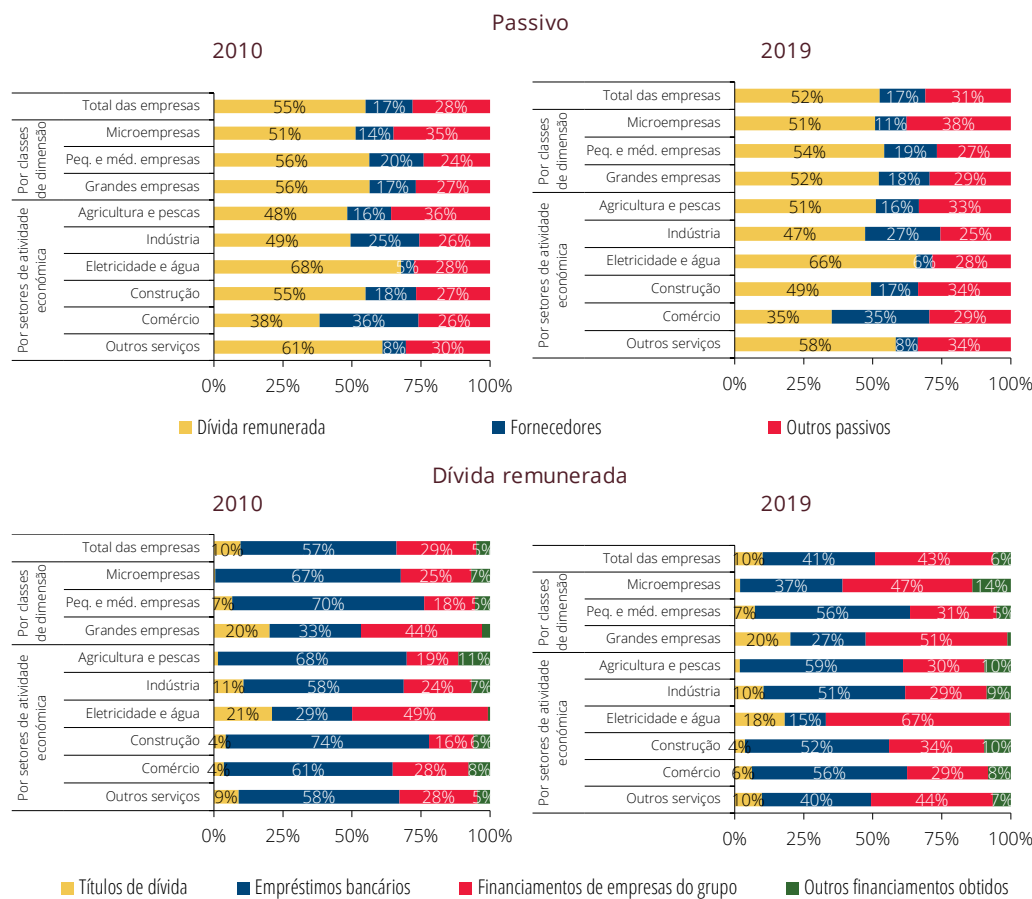
A dívida remunerada representava, em 2019, 52% do **passivo** das empresas, uma percentagem 2 pp inferior ao registado em 2010, por oposição com o maior peso dos outros passivos (Gráfico C1.5). O peso das dívidas a fornecedores era similar em ambos os períodos. Face a 2010, o peso assumido pela dívida remunerada no passivo diminuiu em todas as classes de dimensão (4 pp nas grandes empresas, 2 pp nas pequenas e médias empresas e 1 pp nas microempresas). O mesmo se verificou na generalidade dos setores de atividade económica. A diminuição do peso da dívida remunerada no passivo das empresas oscilou entre 2 pp, na eletricidade e água e na indústria, e 6 pp, na construção. Entre 2010 e 2019, a agricultura e pescas foi o único setor a registar um aumento do peso da dívida remunerada no respetivo passivo em 3 pp.

No mesmo período, o peso dos empréstimos bancários na **dívida remunerada** das empresas diminuiu 16 pp, em consequência da redução do respetivo *stock* em 31%. O peso dos financiamentos de empresas do grupo aumentou 14 pp, em resultado do aumento do respetivo *stock* em 42% (Gráfico C1.5). O peso dos empréstimos bancários na dívida remunerada das microempresas diminuiu 30 pp (13 pp no caso das pequenas e médias empresas, e 6 pp no caso das grandes empresas), em consequência da redução do respetivo *stock*. À semelhança do observado relativamente ao total das empresas, o peso dos financiamentos de empresas do grupo aumentou em todas as classes de dimensão, em resultado do aumento dos respetivos *stocks*.

A nível setorial, o peso dos empréstimos bancários na dívida remunerada diminuiu em todos os setores de atividade, com redução, em geral, dos respetivos *stocks* (apenas na agricultura e pescas a redução do peso dos empréstimos bancários ocorreu apesar de o respetivo *stock* ter aumentado). Já o peso dos financiamentos de empresas do grupo aumentou em todos os setores

de atividade, em consequência do aumento dos respetivos *stocks* (mais acentuado no setor da agricultura e pescas). Destaca-se a menor relevância dos empréstimos bancários na dívida remunerada do setor da construção, comparativamente com o observado em 2010: diminuição da respetiva parcela em 21 pp, para 52%, em 2019.

Gráfico C1.5 • Passivo | Estrutura

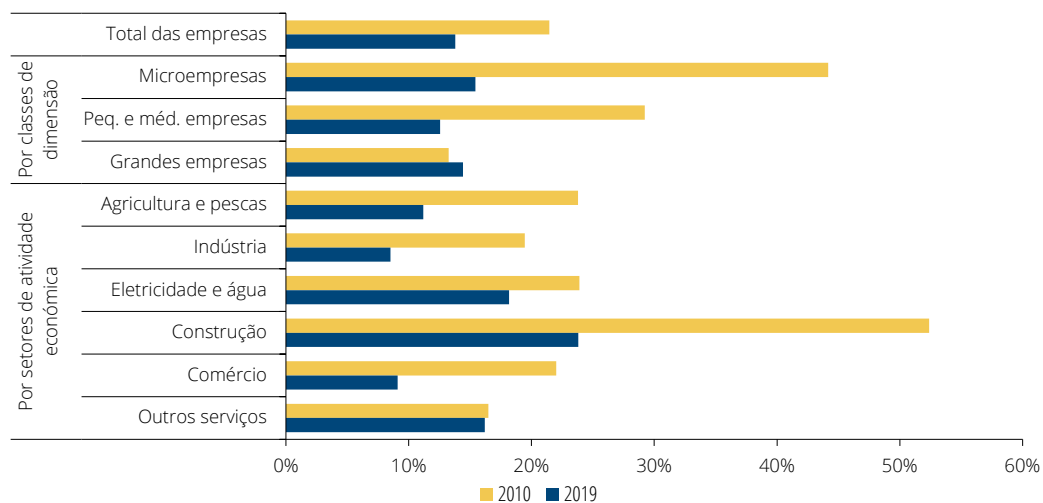


Menor pressão financeira sobre as empresas.

O rácio de **pressão financeira** das empresas, em termos agregados, era, em 2019, 8 pp inferior ao observado em 2010 (Gráfico C1.6). Entre 2010 e 2019, a pressão financeira das microempresas e das pequenas e médias empresas diminuiu 29 pp e 17 pp, respetivamente, enquanto nas grandes empresas aumentou 1 pp. A diminuição da pressão financeira foi transversal a todos os setores de atividade económica. Destaque-se as reduções registadas na construção (29 pp), na agricultura e pescas e no comércio (13 pp, em ambos os casos) e na indústria (11 pp).

A parcela de **empresas com EBITDA insuficiente para cobrir os gastos de financiamento** era, em 2019, 7 pp inferior à observada em 2010. Entre 2010 e 2019, a parcela de empresas que não conseguiram gerar EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento diminuiu em todas as classes de dimensão e em todos os setores de atividade económica. A nível setorial, salienta-se a redução no setor da construção (12 pp). A percentagem de empresas que registou um nível de pressão financeira inferior a 50% era, em 2019, 10 pp superior à verificada em 2010. Entre 2010 e 2019, esta percentagem aumentou em todas as classes de dimensão e em todos os setores de atividade económica. A nível setorial destaque-se o aumento no setor da construção de 18 pp.

Gráfico C1.6 • Pressão financeira



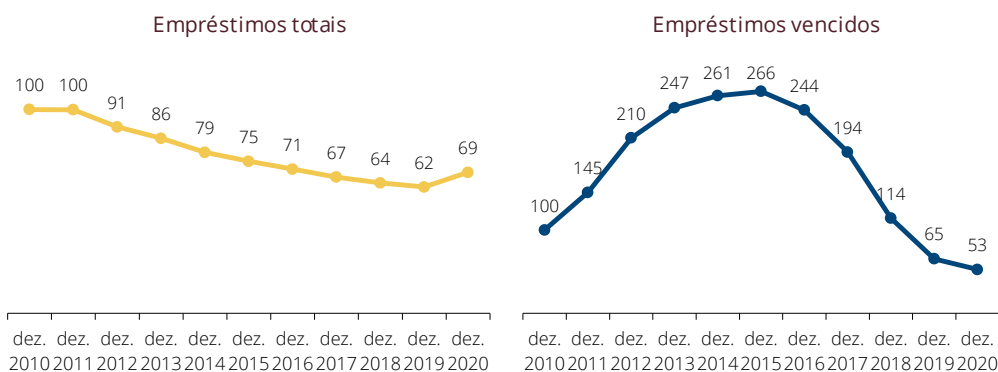
Em suma, entre 2010 e 2019, observou-se um aumento do número de empresas em atividade com sede em Portugal, assistiu-se ao reforço do peso dos outros serviços e à redução do peso da construção. Observou-se também um aumento do peso das exportações no volume de negócios. Em 2019, as empresas não financeiras mostravam-se genericamente menos dependentes de capitais alheios, do que em 2010. Entre os dois anos em análise, assistiu-se ainda à diminuição do peso dos empréstimos bancários na estrutura do passivo e à redução do nível de pressão financeira.

Caixa 2 • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente²⁰

De acordo com a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, o montante de empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente²¹ era, no final de 2020, 12% superior ao registado no final de 2019. Ainda assim, o *stock* de empréstimos concedidos representava, no final de junho de 2020, apenas 69% do valor observado no final de 2010 (Gráfico C2.1).

Por outro lado, o montante de empréstimos vencidos²², que aumentou até 2015, continuou a diminuir. O *stock* de empréstimos vencidos registado no final de 2020 era equivalente a 53% dos empréstimos vencidos registados no final de 2010.

Gráfico C2.1 • Evolução do financiamento obtido junto do sistema bancário residente e respetivos empréstimos vencidos (final de 2010=100, valores em fim de período)



Nota: A rubrica “Empréstimos totais” agrega os financiamentos obtidos por empresas não financeiras junto do sistema bancário residente, independentemente de estes se encontrarem em situação regular ou em incumprimento (“Empréstimos vencidos”).

No final de 2020, 52% do montante de empréstimos concedidos às empresas não financeiras concentrava-se nas pequenas e médias empresas, 30% nas microempresas e 18% nas grandes empresas (Gráfico C2.2). Entre o final de 2010 e o final de 2020, a distribuição por classes de dimensão permaneceu estável. Ainda assim, destaque-se os aumentos dos pesos dos empréstimos concedidos às grandes empresas (3 pp) e às pequenas e médias empresas (2 pp).

Por setores de atividade económica, no final de 2020, os outros serviços agregavam a maior parcela dos empréstimos concedidos às empresas (42%), seguindo-se a indústria (20%) e o comércio (18%). Entre o final de 2010 e o final de 2020, verificou-se uma redução do peso da

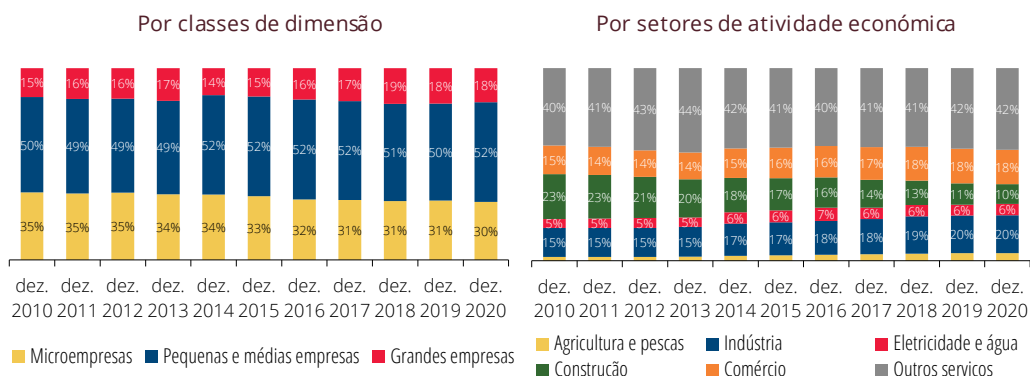
²⁰ Informação apurada com base na Central de Responsabilidades de Crédito, uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes) sobre créditos concedidos. Para mais informação, pode ser consultado o *Caderno n.º 5 do Banco de Portugal, Central de Responsabilidades de Crédito*.

²¹ Inclui, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

²² O crédito considera-se vencido quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços dos bancos, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como crédito vencido, sendo progressivamente substituído por crédito abatido ao ativo. Para mais informações pode ser consultado o *Boletim Económico* de maio de 2015, disponível em www.bportugal.pt.

construção, com a respetiva parcela de empréstimos a diminuir 13 pp, por contrapartida dos aumentos verificados nos restantes setores.

Gráfico C2.2 • Estrutura do financiamento obtido junto do sistema bancário residente



No final de 2020, o rácio de empréstimos vencidos²³ das empresas não financeiras era de 3,4%, valor inferior ao verificado no final de 2019 (4,7%) e de 2010 (4,4%) (Gráfico C2.3). O rácio de empréstimos vencidos das empresas não financeiras tem registado reduções sucessivas desde o final do primeiro semestre de 2016, quando se situava em 16,1%.

O rácio de empréstimos vencidos diminuiu em todas as classes de dimensão entre o final de 2019 e o final de 2020: 2 pp nas microempresas, 1,5 pp nas grandes empresas e 0,7 pp nas pequenas e médias empresas. No final de 2020, as microempresas continuavam a registar o maior rácio de empréstimos vencidos (6,7%, que compara com 7,4% no final de 2010), seguidas das pequenas e médias empresas (2,2%, valor inferior aos 3,3% registados no final de 2010) e das grandes empresas (0,9%, percentagem similar à observada no final de 2010).

No período em análise, o rácio de empréstimos vencidos das microempresas apresentou uma evolução similar à do total das empresas, tendo atingido o valor máximo no final do primeiro semestre de 2016 (28,8%) e diminuído desde então. O mesmo se verificou relativamente às pequenas e médias empresas: valor máximo de 12,4% no final do primeiro semestre de 2016 e posterior diminuição. No caso das grandes empresas, o valor máximo para este indicador foi registado no final do primeiro semestre de 2019 (4,3%).

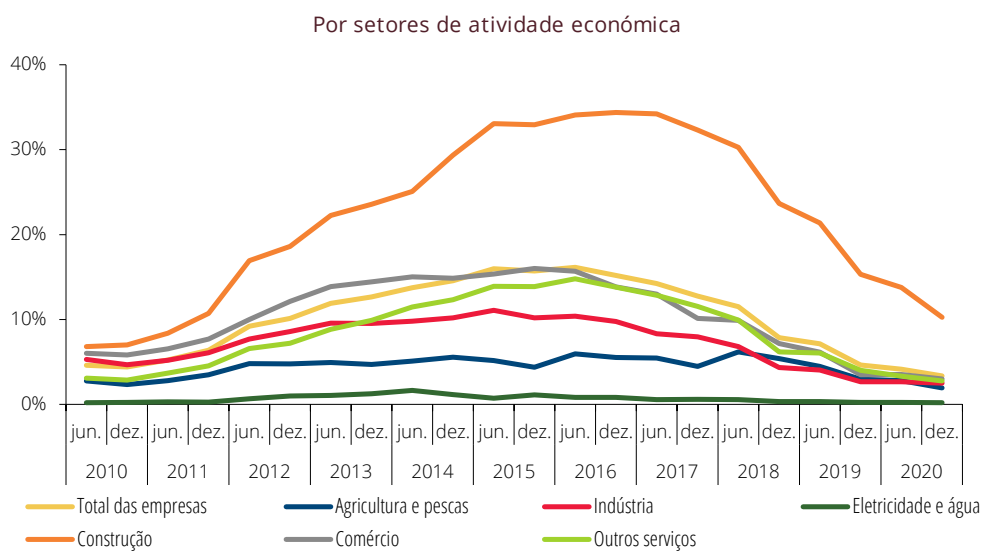
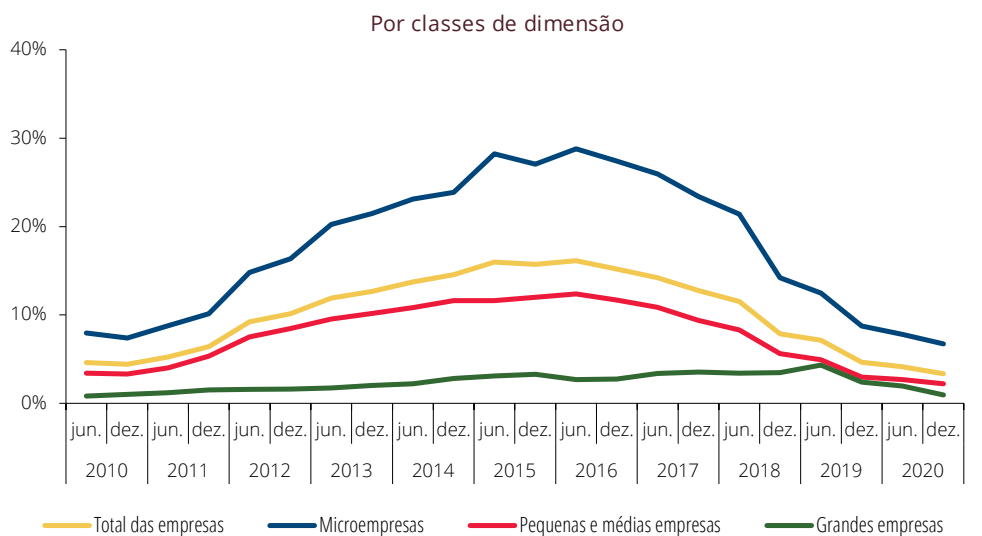
Em termos setoriais, no final de 2020, o setor da construção continuava a registar o rácio de empréstimos vencidos mais elevado (10,3%), seguindo-se o comércio (3%) e os outros serviços (2,8%). A eletricidade e água continuava a apresentar o rácio de empréstimos vencidos mais baixo (0,2%).

Face ao final de 2019, este indicador diminuiu 5 pp na construção, 1,2 pp nos outros serviços e 1 pp na agricultura e pescas, e praticamente não se alterou nos restantes setores de atividade. Entre 2010 e o final de 2020, o rácio de empréstimos vencidos da construção registou o valor máximo no final de 2016 (34,4%) e tem, desde então, apresentado reduções sucessivas (diminuição de 24 pp entre o final de 2016 e o final de 2020). No final de 2020, o rácio de

²³ Para o rácio de empréstimos vencidos é utilizada a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal sobre empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente. O rácio de empréstimos vencidos corresponde à proporção dos montantes de empréstimos vencidos no total de empréstimos obtidos.

empréstimos vencidos da construção continuava, ainda assim, a ser superior ao observado em 2010 (3,3 pp).

Gráfico C2.3 • Rácios de empréstimos vencidos (valores em fim de período)



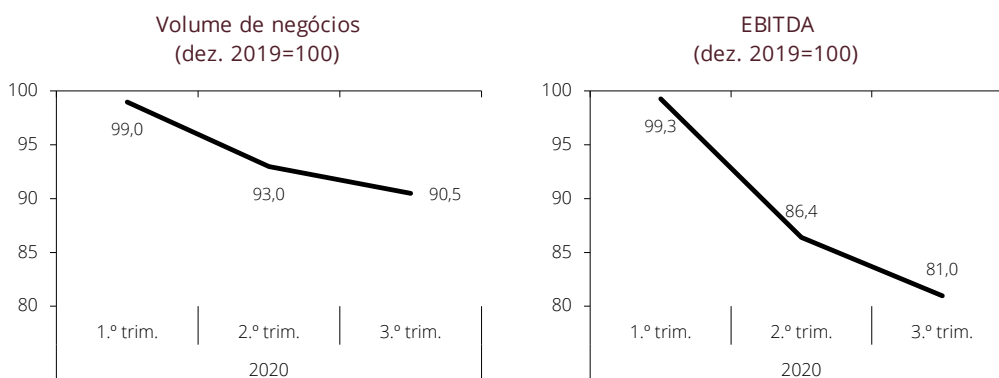
Caixa 3 • Evolução dos indicadores das sociedades não financeiras em 2020

A pandemia de COVID-19 obrigou as autoridades a adotar medidas de confinamento da população e de restrição de uma parte significativa da atividade económica que afetaram profunda e negativamente as empresas portuguesas.

Para aferir o impacto destes choques sobre os indicadores económico-financeiros das empresas não financeiras analisa-se, nesta Caixa, a evolução de alguns destes indicadores tendo em conta a informação mais recente disponível (relativa ao terceiro trimestre de 2020), apurada a partir do Inquérito trimestral às empresas não financeiras (ITENF²⁴) e disponibilizada pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Os dados referem-se, no caso das variáveis de fluxo, aos valores acumulados do ano terminado no trimestre de referência, e no caso das variáveis de *stock*, ao valor médio dos valores trimestrais dos últimos quatro trimestres.

Os dados relativos a 2020 evidenciam uma contração da atividade das sociedades não financeiras²⁵ em comparação com o observado em 2019. O volume de negócios das sociedades não financeiras com sede em Portugal era, para o último período, equivalente a 90,5% do registado em 2019 (Gráfico C3.1). O EBITDA registou, igualmente, uma contração, situando-se em 81% do valor observado em 2019. Esta contração foi particularmente marcada no segundo trimestre de 2020.

Gráfico C3.1 • Indicadores económico-financeiros | Volume de negócios e EBITDA (total das empresas, valor do ano terminado no trimestre)



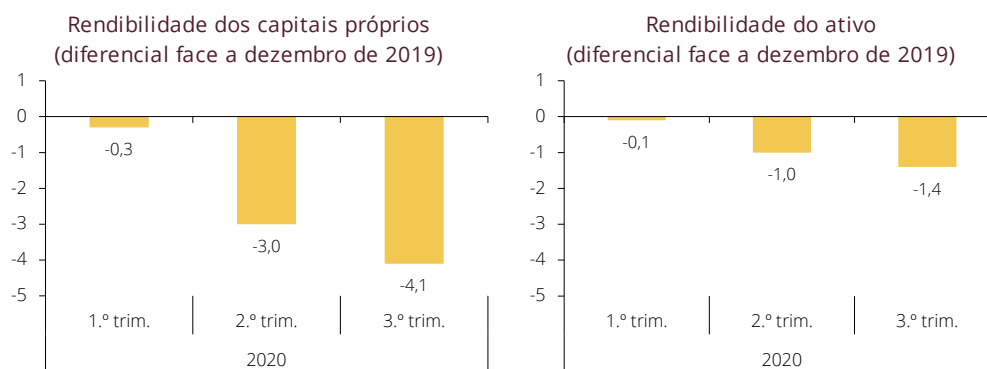
²⁴ O ITENF é uma operação estatística da responsabilidade conjunta do Banco de Portugal e do INE e tem por principal objetivo a recolha de informação de periodicidade trimestral junto de um conjunto de cerca de 4 mil empresas não financeiras. Esta informação incide, essencialmente, num conjunto de variáveis contabilísticas relativas à atividade e à situação financeira das empresas, sobre o qual o Banco de Portugal realiza um exercício de extrapolação para o universo das empresas não financeiras subjacente às estatísticas das empresas não financeiras da Central de Balanços. Para informação mais detalhada quanto ao tratamento dos dados trimestrais da Central de Balanços consulte o *Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas*.

²⁵ A semelhança do que acontece nos dados anuais considerados para efeito da análise efetuada no estudo, os dados trimestrais relativos ao total das empresas não consideram o contributo das sedes sociais. Contudo, contrariamente ao que acontece nos dados anuais, a série relativa ao total das empresas apresentada na presente Caixa exclui as empresas associadas à Secção A da CAE-Rev.3 (Agricultura e pescas), uma vez que esta secção não é objeto de inquirição no ITENF.

A quebra de atividade teve especial incidência nos outros serviços²⁶, com o volume de negócios deste setor a representar, em setembro de 2020, 84% do valor registado no final de 2019. Neste setor, a contração do volume de negócios determinou a redução do respetivo EBITDA para o equivalente a 78% do observado em 2019. Esta redução apenas foi superada pelo decréscimo registado nos transportes e armazenagem, cujo EBITDA era, no último período, equivalente a 75% do verificado em 2019. No sentido oposto, a construção foi o único setor que apresentou um incremento da atividade, refletido num aumento marginal do volume de negócios e no aumento do EBITDA em 7%, face ao registado em 2019.

A rentabilidade das empresas diminuiu em 2020 comparativamente com o observado em 2019 (Gráfico C3.2). A rentabilidade dos capitais próprios era, no final do terceiro trimestre de 2020, 4 pp inferior à observada em 2019. Considerando a rentabilidade do ativo verificou-se um comportamento similar, ainda que a diminuição tenha sido menos expressiva: a rentabilidade do ativo das empresas foi, em termos agregados, 1 pp inferior à verificada em 2019.

Gráfico C3.2 • Indicadores económico-financeiros | Rentabilidade (total das empresas, diferenças em pp)

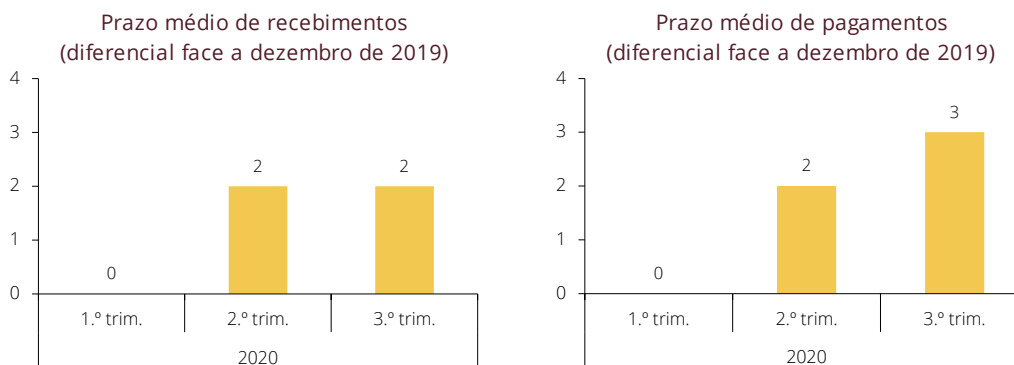


Os setores dos transportes e armazenagem e do comércio foram aqueles cujas rentabilidades mais diminuíram: no período em análise, as rentabilidades do ativo destes setores foram 3 pp e 2 pp inferiores às observadas em 2019, respetivamente. A construção foi o único setor cuja rentabilidade não diminuiu (permaneceu inalterada).

Os prazos médios de pagamentos e de recebimentos das empresas aumentaram: em setembro de 2020, o prazo médio de recebimentos era superior em 2 dias ao registado no final de 2019, enquanto o prazo médio de pagamentos registou um incremento de 3 dias (Gráfico C3.3).

²⁶ A repartição setorial assumida nesta Caixa segmenta as atividades económicas em indústria, eletricidade e água, construção, comércio, transportes e armazenagem e outros serviços (onde se incluem o alojamento e restauração, as atividades imobiliárias e a educação, entre outras atividades). Face ao total das empresas considerado na presente Caixa, esta repartição setorial não tem em conta as empresas públicas não incluídas no setor institucional das Administrações Públicas, ou seja, respeita apenas às empresas privadas de cada setor.

Gráfico C3.3 • Indicadores económico-financeiros | Prazos médios (total das empresas, diferenças em número de dias)



O aumento dos prazos médios foi comum à quase totalidade dos setores de atividade económica. Considerando o prazo médio de recebimentos, destacaram-se as atividades de transporte e armazenagem, com um aumento de 10 dias, seguindo-se a indústria, cujas empresas demoravam, em setembro de 2020, mais 3 dias a receber dos clientes do que no final de 2019. O aumento do prazo médio de pagamentos foi mais expressivo nas atividades de transporte e armazenagem (mais 10 dias) e nos outros serviços (mais 8 dias).

A pressão financeira sobre as empresas era, em 2020, 3 pp superior ao observado em 2019. Este agravamento foi registado de forma transversal, e foi particularmente notório nas atividades dos transportes e armazenagem, nos outros serviços e no comércio, que registaram, a este nível, aumentos de 6 pp, 3 pp e 2 pp, respetivamente. Apenas a construção apresentou um decréscimo da pressão financeira no mesmo período, de 2 pp.

Em suma, os indicadores disponíveis relativos a 2020 evidenciam, de forma relativamente transversal, a contração da atividade das empresas em Portugal, com reflexo na sua rendibilidade. As dificuldades de liquidez associadas à queda abrupta da atividade económica das empresas provocaram uma dilatação dos prazos médios de recebimentos e de pagamentos.

II Anexo

1 Síntese metodológica

1 Síntese metodológica

Autonomia financeira: Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

Dimensão da empresa: As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as pequenas e médias empresas não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros, ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

Dívida remunerada: A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

EBITDA: Resultado antes de juros, gastos de depreciação e amortização e impostos.

Empréstimos vencidos: Os empréstimos consideram-se vencidos quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de empréstimos podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de empréstimos registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, já que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa dos empréstimos permanece, muitas vezes, registada como empréstimos vencidos, sendo progressivamente substituído por empréstimos abatidos ao ativo.

Gastos da atividade operacional: O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

Gastos de financiamento: O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

Localização geográfica: A localização geográfica da empresa refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

Margem líquida: Rácio entre o resultado líquido do período e o total de rendimentos.

Margem operacional: Rácio entre o EBITDA e o total de rendimentos.

Maturidade: A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até 5 anos, de 6 a 10 anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos (maturidade na qual se incluem as empresas com 21 anos ou mais).

Número de pessoas ao serviço: Corresponde, para cada empresa, ao número médio de pessoas ao serviço durante os meses do ano em que a mesma esteve em atividade. São consideradas todas as pessoas que participaram na atividade das empresas, independentemente do seu vínculo.

NUTS: A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS – 2013), de acordo com o estabelecido no Regulamento da Comissão n.º 868/2014, de 8 de agosto, agrega hierarquicamente, de forma harmonizada, as estatísticas das várias regiões dos países.

Outros passivos: A classe “outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

Pressão financeira: Rácio entre os gastos de financiamento e o EBITDA.

Rácio de empréstimos vencidos: Rácio entre o montante de empréstimos vencidos e o total de empréstimos obtidos.

Rendibilidade dos capitais próprios: Rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios.

Rendimentos: Corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

Setor de atividade económica: Foram excluídas desta análise, no que ao total das empresas diz respeito, as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da CAE-Rev.3.

Setor exportador: O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros.

Sistema bancário residente: Inclui, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

Volume de negócios: Valor das vendas e das prestações de serviços realizados pelas empresas durante o exercício económico (regra geral, correspondente ao ano civil).

Siglas e acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
EBITDA	Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>)
ENI	Empresários em nome individual
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IAS	Normas internacionais de contabilidade (do inglês, <i>International Accounting Standards</i>)
IES	Informação Empresarial Simplificada
IFRS	Normas internacionais de relato financeiro (do inglês, <i>International Financial Reporting Standards</i>)
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
pp	Pontos percentuais
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade)
SNF	Sociedades não financeiras

Referências

Banco de Portugal (2008), "Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 1/2008, maio de 2008.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-1-2008.pdf>

Banco de Portugal (2013), "Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2013, outubro de 2013.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2013.pdf>

Banco de Portugal (2015), "Central de Responsabilidades de Crédito", *Cadernos do Banco de Portugal*, n.º 5, abril de 2015.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5_central_responsabilidades_de_credito.pdf

Banco de Portugal (2015), *Boletim Económico*, maio de 2015.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol_econ_maio2015_p.pdf

Banco de Portugal (2015), "Análise das empresas do setor exportador em Portugal", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 22, junho de 2015.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos%20da%20cb_22_2015.pdf

Banco de Portugal (2019), "Quadros do setor e quadros da empresa e do setor", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 36, fevereiro de 2019.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo_36_CB_2019.html

Banco de Portugal (2019), "Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 40, dezembro de 2019.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_40_2019.pdf

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativo à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativo à uniformização da classificação de atividades económicas na União Europeia.

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto, relativo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
- 18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
- 19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor: série longa 1995-2013, novembro 2014
- 20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
- 21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
- 22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
- 23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
- 24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
- 25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016
- 26 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016, novembro 2016
- 27 | Análise das empresas da indústria das bebidas, janeiro 2017
- 28 | Análise das empresas do setor dos transportes, julho 2017
- 29 | Rendibilidade das empresas portuguesas e europeias 2006-2015, setembro 2017
- 30 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, dezembro 2017
- 31 | Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, abril 2018
- 32 | Análise das empresas integradas em grupos, junho 2018
- 33 | As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016, junho 2018
- 34 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017, novembro 2018
- 35 | Análise do dinamismo empresarial em Portugal, fevereiro 2019
- 36 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor, fevereiro 2019
- 37 | Análise das empresas privadas prestadoras de cuidados de saúde, abril 2019
- 38 | Análise das empresas da região Norte, julho 2019
- 39 | Análise dos resultados consolidados dos grupos não financeiros em Portugal 2017, julho 2019
- 40 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018, dezembro 2019
- 41 | Análise das empresas da região Centro, janeiro 2020
- 42 | Análise das empresas privadas da educação, março 2020
- 43 | Análise das empresas da Área Metropolitana de Lisboa, abril 2020
- 44 | Análise das empresas da Região Autónoma dos Açores, agosto 2020
- 45 | Análise das empresas da Região Autónoma da Madeira, agosto 2020
- 46 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2019, março 2021

